

TALITA ANDRADE RODRIGUES

PRÁTICA DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: uma análise
sociocultural sobre a indexação e política de indexação no contexto
da deficiência visual

Marília
2018

TALITA ANDRADE RODRIGUES

**PRÁTICA DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: uma análise
sociocultural sobre a indexação e política de indexação no contexto da
deficiência visual**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento

Linha de Pesquisa: Produção e Organização da Informação

Orientadora: Prof. Dra. Mariângela S. Lopes Fujita (UNESP - Universidade Estadual Paulista)

Co-orientadora: Prof. Dra. Paula Regina Dal Évedove (UFSCAR - Universidade Federal de São Carlos)

Marília
2018

R696p Rodrigues, Talita Andrade.
Prática do profissional bibliotecário: uma análise sociocultural sobre indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual / Talita Andrade Rodrigues – Marília, 2018.
75 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestre em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, 2018.
Orientadora: Mariângela Spotti Lopes Fujita.
Bibliografia: f.72-75

1. Indexação. 2. Política de Indexação. 3. Deficiência visual. 4. Acessibilidade. 5. Bibliotecas e deficientes visuais. I. Autor. II Título

CDD 027.663

TALITA ANDRADE RODRIGUES

PRÁTICA DO PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIO: uma análise sociocultural sobre a indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista, campus Marília, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Comissão examinadora:

Prof. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita (orientadora) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília

Profa. Dra. Helen de Castro Silva Casarin – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista - Campus de Marília

Profa. Dra. Ana Lúcia Silva Terra - Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Informação Empresarial - Instituto Politécnico do Porto. Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, Portugal

Prof. Dra. Dulce Amélia de Brito Neves (membro suplente) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag (membro Suplente) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação – Universidade de São Paulo

A aqueles que são a razão dos meus esforços e da minha existência:

Meus pais, **Manoel e Glória**,

por todo incentivo e por me ensinarem verdadeiramente o que é o amor, a dignidade e a bondade.

Ao meu irmão **Victor**,

por ser o melhor de mim e eternamente o meu maior amigo.

Ao vô **Pedro** (*in memoriam*),

Pelo privilegio de viver e aprender ao seu lado. Me guie onde estiver!

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço aos meus pais, ao meu irmão e a Cora por compreenderem todos os meus esforços, aceitarem as minhas limitações e entenderem que os meus momentos de silêncio são necessários para que eu possa ressurgir.

A minha orientadora Prof. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita, por me acolher da graduação até o mestrado, por “abraçar” comigo esse tema de pesquisa mesmo com todas as dificuldades existentes, por compartilhar tanto conhecimento e por ser compreensiva diante das minhas falhas.

A minha co-orientadora Prof. Dra. Paula Regina Dal Evedove, no qual tenho uma imensa admiração e respeito diante da sua doçura e inesgotável capacidade de ensinar. Obrigada por toda paciência e por todo auxílio nessa pesquisa.

A Mayara pelo afeto, apoio e companheirismo nessa etapa.

Aos meus padrinhos e a Vick, por serem sempre presentes, parceiros e por acreditarem que eu posso quando eu mesma questiono se sou capaz.

A Dani Gervazio, por me apoiar em todas circunstâncias. Por ser amizade, acalento, afeto e pela nossa casinha eternizada.

As amigas Daiane Périco, Jéssyca Maria que me acompanharam em cada passo da minha formação acadêmica.

Ao Artur, por estar ao meu lado em todos os momentos que eu precisei. Por emanar luz e por ser e trazer para minha vida felicidade, sabedoria e paz.

Aos membros da CUIDARIS, por me ensinarem a cada gesto a inesgotável capacidade humana de ser sempre alguém melhor e que a luta pela acessibilidade e inclusão se faz todo dia com muito amor e respeito pela vida.

A banca pelas contribuições em virtude do meu aprendizado.

Aos docentes do PPGCI – Unesp/Marília por todo ensinamento.

Aos bibliotecários, bibliotecas e demais participantes que cederam pacientemente seu tempo para colaborar na fundamentação desse estudo.

Minha gratidão!

RESUMO

A indexação consiste em extrair de um documento termos que representem um determinado assunto com o objetivo de referenciá-lo de forma condensada para uma recuperação temática da informação. Por sua vez, tem-se a política de indexação como meios de apontar diretrizes que possam auxiliar na consistência da indexação, na formulação de manuais, na conduta do profissional. Tem-se como problema, a carência de discussões que abordem a questão da indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual, bem como a dificuldade na conduta do profissional bibliotecário diante da carência de investigações teóricas e metodológicas sobre políticas de indexação direcionadas aos sistemas de informação que possuam usuários com deficiência visual. Propõe-se realizar um estudo sociocultural da prática do profissional bibliotecário com enfoque à indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual em bibliotecas que se destinem ao atendimento de usuários cegos. Deste modo, objetiva-se contribuir com subsídios para a discussão de uma política de indexação direcionada às bibliotecas acessíveis para deficientes visuais, de modo que se apresentem como um amparo para o bibliotecário indexador no contexto da sua prática profissional, bem como afirmar a garantia cultural e o acesso à informação aos usuários com deficiência visual. A pesquisa foi realizada em bibliotecas destinadas somente aos deficientes visuais ou com um setor disponível para o atendimento desses usuários. As instituições participantes estão localizadas no Brasil e em Portugal, de modo que foi possível desenvolver um comparativo entre a realidade dessas bibliotecas e observar a convergência e divergência entre os países. A metodologia consistiu na aplicação do questionário com observação participante em algumas instituições. Para obtenção dos resultados, foram estabelecidas categorias de análise baseadas nas informações coletadas dos questionários em comparação com a literatura da Ciência da Informação. Os resultados mostram alguns avanços sobre a abordagem da temática deste estudo, porém ainda é requerido maior especialização dos bibliotecários no contexto da indexação e seus elementos e no aspecto da deficiência visual em bibliotecas, de modo que, observou-se também a necessidade de formalização e padronização na adoção de critérios para oferta de produtos e serviços destinados aos usuários com deficiência visual. Por fim, através do estudo realizado, percebe-se fragilidades das instituições para atender aos usuários com deficiência visual e sugere-se as instituições o planejamento de ações para melhorias de modo que a acessibilidade possa ser efetivamente impulsionada e que haja, por consequência, fundamentações consistentes sobre a prática e a necessidade de elementos para a consolidação da indexação, de modo que seja possível ao usuário a posterior recuperação da informação.

Palavra-chave: Indexação. Política de Indexação. Deficiência visual.

ABSTRACT

Indexing consists of extracting from a document terms that represent a certain subject in order to refer to it in a condensed way for a thematic retrieval of information. In turn, we have the indexation policy as means of pointing guidelines that can help in the consistency of indexing, in the formulation of manuals, in the conduct of the professional. We have as a problem, the lack of discussions that address the issue of indexation and indexing policy in the context of visual impairment, as well as the difficulty in the conduct of the professional librarian in the face of the lack of theoretical and methodological investigations on systems-oriented indexing policies users with visual impairment. It is proposed to conduct a sociocultural study of the practice of the professional librarian with a focus on indexing and indexing policy in the context of visual impairment in libraries that are intended to serve blind users. In this way, the objective is to contribute with subsidies for the discussion of an indexation policy directed to accessible libraries for the visually impaired, so that they are presented as an amparo for the index librarian in the context of their professional practice, as well as assert the cultural guarantee and access to information for visually impaired users. The research was carried out in libraries designed only for the visually impaired or with an available sector for the care of these users. The participating institutions are located in Brazil and Portugal, so it was possible to develop a comparative between the reality of these libraries and observe the convergence and divergence between the countries. The methodology consisted in the application of the questionnaire with participant observation in some institutions. To obtain the results, categories of analysis were established based on the information collected from the questionnaires in comparison with the literature of the Information Science. The results show some advances on the approach of the subject of this study, however, it is still required a greater specialization of the librarians in the context of indexation and its elements and in the aspect of the visual deficiency in libraries, so that the need for formalization and standardization in the adoption of criteria to offer products and services for visually impaired users. Finally, through the study, we perceive weaknesses of the institutions to meet visually impaired users, and institutions are suggested to plan actions for improvements so that accessibility can be effectively promoted and that there are, therefore, consistent with the practice and the need for elements to consolidate indexing, so that it is possible for the user to retrieve the information later.

Keyword: Indexing. Indexing Policy. Visual impairment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Articulação da pesquisa.....	19
Quadro 2: Bibliotecas com atendimento a deficiência visual.....	44
Quadro 3. Questionário aplicado ao bibliotecário.....	55
Quadro 4 Questionário aplicado ao usuário.....	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

CI – Ciência da Informação

OC – Organização do conhecimento

IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions

PCD – Pessoa com deficiência

PDV – Pessoa com deficiência visual

UNISIST – UNITED Nations Information System In Science and Technology

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2. INDEXAÇÃO E POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: UMA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL DO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA VISUAL	22
2.1 Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação	22
2.2 Indexação e Política de Indexação	29
2.3 O deficiente visual e a acessibilidade nas unidades de informação.....	35
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	42
3.1 Caracterização do universo de pesquisa.....	43
3.2 Técnica para coleta de dados	46
3.2.1 Questionário	46
4 RESULTADOS DISCUSSÃO.....	49
4.1 Questionário aplicado ao bibliotecário	50
4.2 Questionário aplicado ao usuário.....	56
4.3 Critérios na elaboração da Política de Indexação.....	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
REFERENCIAS.....	68
ANEXO.....	77

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa insere-se no escopo da linha de “Produção e Organização da Informação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus de Marília. O tema discorre sobre a sistematização teórico-metodológica do Tratamento Temático da Informação e delimita-se em identificar a “Prática do profissional bibliotecário: uma análise sociocultural sobre a indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual”.

Conceituando a Ciência da Informação tem-se que essa se caracteriza como uma área de estudo interdisciplinar, pois dialoga com demais áreas do conhecimento bem como mantém o seu objetivo de produzir, organizar, representar e dispor o uso da informação. Le Coadic, compreende que a Ciência da Informação além de ser interdisciplinar (e desta forma, colaborar com demais área do conhecimento) também é uma ciência que assume fundamentalmente o seu papel social:

A Ciência da Informação, com a preocupação de esclarecer um problema social concreto, o da informação é voltada para o ser social que procura informação, coloca-se no campo das Ciências sociais (das Ciências do homem e da sociedade), que são o meio principal de acesso a uma compreensão do social e do cultural. (LE COADIC, 1996, p.21)

Portanto, tendo em vista a Ciência da Informação sendo uma ciência social que se preocupa com o objeto informação e de que modo disseminar este objeto, discorrer neste estudo a prática do profissional bibliotecário frente às questões da deficiência visual se faz essencial, ao passo que colabora com construções inerentes ao processo de compreensão deste meio social e cultural.

Neste processo, compreende-se a organização da informação que segundo Novellino (1998, p. 137):

A representação da informação, no âmbito da Ciência da Informação, é a substituição de uma entidade linguística longa e complexa, por sua descrição abreviada, visando à transferência do conhecimento. A ação de transferência da informação engloba a representação, a recuperação e a comunicação.

Deste modo, entende-se que a organização da informação propõe essencialmente meios de se tratar a informação, sendo eles o tratamento temático da informação que consiste em analisar o documento de acordo com o seu conteúdo, e o tratamento descritivo que analisa o documento de acordo com a sua forma física. Para o propósito deste estudo, no que tange ao tratamento temático da informação, daremos enfoque às temáticas indexação e política de indexação, juntamente com as questões da prática profissional do bibliotecário inserido no aspecto de inclusão, acessibilidade e deficiência visual.

Concordamos com Silva e Fujita (2004) quando conceituam a indexação como a operação do tratamento temático que comporta a análise, a síntese e a representação dos assuntos de um determinado documento para posteriormente viabilizar a recuperação do seu conteúdo. Sendo assim, entende-se a indexação como o processo de extrair de um documento termos que representem um determinado assunto com o objetivo de referenciá-los de forma condensada para uma melhor recuperação temática da informação. Por sua vez, entende-se a política de indexação como meios de apontar diretrizes que possam auxiliar na consistência da indexação, na formulação de manuais, na conduta do profissional e, até mesmo, na visibilidade da biblioteca, considerando a perspectiva de demais profissionais e usuários. Na ótica de Fujita e Gil Leiva (2012, p. 22), “a política de indexação é um conjunto de procedimentos, materiais, normas e técnicas orientadas por decisões que refletem a prática e princípios teóricos da cultura organizacional de um sistema de informação”.

Deste modo, compreende-se que cada biblioteca possui sua peculiaridade em relação ao acervo, à equipe e à própria organização, o que interfere no processo da indexação. Tendo como enfoque facilitar a prática do bibliotecário, as instituições fazem uso de políticas de indexação para que essa diretriz norteie o trabalho do profissional.

Sobre as questões de política de indexação, Dal'Evedove e Fujita (2015) destacam que essa temática é pouco versada na Ciência da Informação. No Brasil, as discussões mostram-se recentes e passaram a ser difundidas por Marília Vidigal Carneiro em 1985 com o estudo “Diretrizes para uma política de Indexação”. A partir de então, a temática passou a ser trabalhada no âmbito da área de Organização e Representação do Conhecimento.

Apesar dos avanços no que tange às discussões sobre indexação e política de indexação, observa-se a carência de estudos destinados ao estabelecimento de

diretrizes de políticas de indexação, considerando-se as especificidades dos sistemas de informação, em especial para os que oferecem produtos e serviços aos usuários com deficiência visual.

Em pesquisa anterior intitulada “Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais” (RODRIGUES, 2013), buscou-se identificar a presença da política de indexação em bibliotecas específicas para usuários com deficiência visual. O objetivo fim do estudo, fundamentou-se em contribuir com a apresentação da política de indexação que atendesse às necessidades dos usuários deficientes visuais em duas bibliotecas de caráter pública e universitária, ambas localizadas em São Paulo. Durante a pesquisa, foi possível identificar a dificuldade em organizar processos e condutas da atividade de indexação em bibliotecas destinadas aos portadores de deficiência visual. Dentre os principais resultados, verificou-se: a) a inexistência de políticas de indexação em bibliotecas específicas para este perfil de usuários por meio da aplicação de questionário e observação participante nas instituições; b) ausência de estudos que abordem a questão da deficiência visual em políticas de indexação; e c) muitas das lacunas existentes no processo de indexação ou da política de indexação partiam por desconhecimento dos profissionais bibliotecários diante da prática da indexação, do uso de manuais, de como lidar com esse perfil tão específico de usuários e até mesmo por desconhecimento das questões de acessibilidade e inclusão.

Estudos dedicados à deficiência visual mostram-se relevantes no âmbito da Ciência da Informação enquanto campo científico dedicado a prover meios de facilitar o acesso e a recuperação da informação. Dentre os estudos que se referem a tal especificidade, tem-se as discussões de Vitorini (2015) no que concerne às questões da linguagem documentária aplicada à recuperação da informação na perspectiva dos usuários deficientes visuais, salientando sobre as suas reais dificuldades e necessidades.

Segundo a Fundação Dorina Nowill para Cegos (2017), do total da população brasileira, 23,9% (45,6 milhões de pessoas) possuem algum tipo de deficiência. Sobre essa estatística a mais comum é a visual atingindo 3,5 da população.

A deficiência visual é definida como a perda parcial, total, congênita ou adquirida da visão, o que se determina dois grupos de deficiência:

- Cegueira: Perda total da visão ou pouquíssima capacidade de enxergar;

- Baixa visão ou visão subnormal: Tem-se pelo comprometimento do funcionamento visual dos olhos, mesmo após tratamentos ou meios de correção. (FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS, 2017).

Nos critérios de acessibilidade, a autora enfatiza o resguardo da legislação para indivíduos com deficiência visual:

Sobre as questões da acessibilidade, os deficientes possuem amparo na legislação. No âmbito Federal, segundo a lei nº 9.610/9813 diz que não constitui ofensa aos direitos autorais a reprodução sem fins comerciais de obras literárias, artísticas ou científicas, pelo sistema Braille para deficientes visuais. Em 27 de junho de 2005, foi publicada a lei nº11.126, regulamentada pelo Decreto Federal nº 5.904, de 21 de setembro de 2006, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecerem ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia, constituindo ato de discriminação, a ser penalizado com interdição e multa, sua violação. (VITORINI, 2015, p.9).

O propósito da acessibilidade é permitir que o indivíduo que possui alguma deficiência (visual, física, auditiva, intelectual) tenha a possibilidade e facilidade de utilizar todos os recursos urbanos e os meios de comunicação de modo que, independentemente da sua limitação, esses sujeitos possam participar ativamente da sociedade.

Coneglian e Casarin (2007, p.3) enfatizam que “[...] a biblioteca e demais centros informacionais – físicos e/ou digitais, têm a responsabilidade social e devem assumir o papel de ser lugar democrático e acessível a todas as pessoas”. Deste modo, o bibliotecário também possui um imensurável propósito social no instante que é responsável por representar a informação e a biblioteca, por sua vez, é denominada como um espaço de disseminação da informação e construção do conhecimento. Vitorini (2015) também destaca a necessidade de se criar condições para que todos os usuários tenham seus direitos de acesso garantidos e com acessibilidade a todos os serviços oferecidos. Para que isso ocorra, biblioteca e bibliotecários necessitam estar preparados para atender os usuários com qualquer deficiência.

Em atenção à acessibilidade dos usuários nos sistemas de informação, aliada à necessidade de pesquisas que ampliem a discussão acerca das políticas de indexação, surge a seguinte questão: Como a política de indexação favoreceria o desenvolvimento das atividades de indexação em bibliotecas acessíveis aos deficientes visuais?

Partindo da concepção de que o direito à informação é pertencente a todos os indivíduos independente da sua condição física, intelectual, social, linguística entre outras, destaca-se como **problema** específico desta pesquisa a carência de discussões que abordem a questão da indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual. Ademais, tem-se a dificuldade na conduta do profissional bibliotecário diante da carência de investigações teóricas e metodológicas sobre políticas de indexação direcionadas aos sistemas de informação que possuam usuários com deficiência visual.

Para atender a necessidade da problemática apresentada e favorecer uma ordenação do tratamento temático da informação em bibliotecas que destinem seu atendimento exclusivo ou parcial aos usuários deficientes visuais, a **proposição** da pesquisa é realizar estudo sociocultural da prática do profissional bibliotecário com enfoque à indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual em bibliotecas que se destinem ao atendimento de usuários cegos. Para tanto, considera-se como atores sociais bibliotecários indexadores e usuários deficientes visuais, de modo a identificar subsídios que direcionem a atividade da indexação no contexto da deficiência visual.

Por sociocultural, entende-se os aspectos sociais e culturais dos sujeitos diante de um coletivo, no meio em que se inserem:

A perspectiva sociocultural não só atesta a construção cultural dos processos psicológicos cognitivos, por meio da apropriação de certos operadores culturais, mas entende as atividades sociais como garantia das intenções que se materializam em conduta eficaz. (DAL'ÉVEDOVE, 2010, p. 71).

Portanto, o elemento sociocultural diz respeito ao indivíduo e suas particularidades, individualidade e realizações, mas que também servem de subsídio para organizar uma vida comunitária e atribuir-lhe um significado. Deste modo, compreende-se aqui a conduta do bibliotecário indexador, suas atividades sociais frente aos deficientes visuais.

Concordamos com Dal'Evedove (2014), quando aponta que delinear as características e as variáveis do processamento da informação por meio da abordagem sociocultural é necessário, pois este dialogo científico se torna significativo para investigar o processo de tratamento temático da informação e propor diretrizes para a elaboração de políticas de indexação para o contexto das bibliotecas. Deste

modo, compreender o comportamento do indivíduo frente a sua prática profissional se torna relevante na dissertação que segue.

Esta proposição amplia a pesquisa realizada por Rodrigues (2014) ao passo que busca investigar como o bibliotecário indexador lida com o universo da deficiência visual. Desenvolver uma análise sociocultural sobre a indexação e política de indexação no que se refere à deficiência visual mostra-se oportuno, ao passo que analisa a realidade de um perfil específico de indivíduos e contribui com novas discussões na Ciência da Informação, a fim de obter resultados que subsidiem a elaboração de uma política de indexação que considere as questões de acessibilidade.

Seguindo a proposição deste estudo, tem-se como **objetivo geral** contribuir com subsídios para a discussão de uma política de indexação direcionada às bibliotecas acessíveis para deficientes visuais, de modo que se apresentem como um amparo para o bibliotecário indexador no contexto da sua prática profissional, bem como afirmar a garantia cultural e o acesso à informação aos usuários com deficiência visual.

Sendo assim, a presente investigação tem como **objetivos específicos**:

- 1) Realizar estudo teórico e metodológico sobre indexação e política de indexação aplicada em bibliotecas para portadores de deficiências visuais;
- 2) Investigar, mediante aplicação de questionários com bibliotecários e usuários, a indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual;
- 3) Propor elementos de política de indexação para bibliotecas acessíveis para deficientes visuais.

No que abarca a **justificativa social** para o desenvolvimento da pesquisa, faz-se considerando que sujeitos deficientes possuem amparo na constituição para usufruir de espaços que lhes proporcionem educação, cultura e lazer e considerando esse direito adquirido, nenhum indivíduo deve ser restrito em virtude de uma deficiência. Reforçando a relevância dessa discussão, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) enunciada pela Organização das Nações Unidas, o artigo XXVII destacou que todo sujeito tem o direito de participar da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

Já a **justificativa científica** evidencia-se partindo inicialmente de discussões sobre indexação e política de indexação fundamentadas entre 2010/2013 considerando neste período a minha participação como bolsista CNPq no projeto de pesquisa: “Política de indexação para bibliotecas”, coordenado pela Profa. Dra. Mariângela Spotti Lopes Fujita. A partir das considerações coletadas, propus em 2013 o Trabalho de Conclusão de Curso “Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais”, no qual foi possível diagnosticar a necessidade de discussões mais efetivas na Ciência da Informação sobre indexação, política de indexação, acessibilidade e inclusão em bibliotecas.

Conforme o exposto, apresenta-se no Quadro 1 a articulação da pesquisa, com intuito de ilustrar os elementos estruturantes da pesquisa, visando os objetivos específicos com os capítulos em que serão abordados.

Quadro1. Articulação da pesquisa

Problema	Carência de discussões que abordem a questão da indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual, bem como a dificuldade na conduta do profissional bibliotecário diante da carência de investigações teóricas e metodológicas sobre políticas de indexação direcionadas aos sistemas de informação que possuam usuários com deficiência visual.
Proposta	Realizar um estudo sociocultural da prática do profissional bibliotecário com enfoque à indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual em bibliotecas que se destinem ao atendimento de usuários cegos.
Objetivo geral	Contribuir com subsídios para a discussão de uma política de indexação direcionada às bibliotecas acessíveis para deficientes visuais, de modo que se apresentem como um amparo para o bibliotecário indexador no contexto da sua prática profissional, bem como afirmar a garantia cultural, o acesso à informação aos usuários com deficiência visual.
Capítulo 2	Título: Referencial teórico Objetivo específico 1: Realizar estudo teórico e metodológico sobre indexação e política de indexação aplicada em bibliotecas para portadores de deficiências visuais.

Capítulo 3	Título: Procedimentos Metodológicos Objetivo específico 2: Investigar, mediante aplicação de questionários com bibliotecários e usuários, a indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual.
Capítulo 4	Título: Resultados e discussões Objetivo específico 3: Propor elementos de política de indexação para bibliotecas acessíveis para deficientes visuais
Capítulo 5	Considerações finais

Fonte: Elaborado pela autora

Para concretização dos objetivos propostos, a metodologia desenvolvida para este estudo fundamenta-se por um levantamento bibliográfico, seguido de questionários para distintos perfis de sujeitos envolvidos nesta investigação, tendo como propósito de fundamentar discussões mais consistentes sobre o assunto, bem como consolidar os dados coletados. Deste modo, a presente pesquisa demonstra seus objetivos por natureza exploratória e descritiva, qualitativa quanto a forma de abordagem do problema e com procedimentos para a coleta de dados de ordem bibliográfica e por levantamento.

Sendo assim, nesta **Introdução** atentamos em apresentar os pressupostos deste estudo seguido do problema de pesquisa, proposição, justificativa, objetivos e temas abordados para a construção e desenvolvimento. Portanto, a pesquisa faz-se nos capítulos que seguem:

Com o propósito de atender o **capítulo dois** do referido estudo, realiza-se uma revisão de literatura que contemple a temática: “Política de indexação e deficiência visual”. Na escassez de discussões sobre o tema proposto, destaca-se a necessidade de realizar apontamentos com os temas: “indexação”; “política de indexação” e “deficiência visual”. Partindo pelas terminologias: “indexação”, bem como “política de indexação”, foi possível obter um aporte da literatura sobre a prática do profissional do indexador e, partindo do tema “deficiência visual”, é cabível compreender o

universo da acessibilidade e inclusão e onde intensifica-se a importância de adotarmos tais discussões na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Os procedimentos metodológicos adotados no **terceiro capítulo** da pesquisa apresentam as metodologias que dão embasamento para coleta e análise dos dados obtidos. Desenvolve-se por meio da aplicação do questionário para distintos perfis de sujeitos envolvidos na pesquisa e coleta de dados inerente à prática do profissional bibliotecário no contexto dos usuários com deficiência visual.

O **capítulo quatro** resultados e discussões que diz respeito ao objetivo específico 3 propõe-se identificar elementos da política de indexação para bibliotecas acessíveis aos deficientes visuais, de modo que, essas fundamentações se apresentem como um amparo para o bibliotecário indexador no contexto da sua prática profissional, bem como garantir o acesso à informação aos usuários com deficiência visual.

Por fim nas **considerações finais**, tecem-se alguns pontos sobre os resultados adquiridos neste estudo bem como se apresentam as possibilidades em aberto que podem ser exploradas em trabalhos futuros na Ciência da Informação.

Posteriormente, expõe-se as **referências** utilizadas para o embasamento teórico da pesquisa e, por fim, encontram-se os **Anexos** utilizados.

2. INDEXAÇÃO E POLÍTICA DE INDEXAÇÃO: UMA PERSPECTIVA SOCIOCULTURAL NO CONTEXTO DA DEFICIÊNCIA VISUAL

No capítulo que segue são disseminadas primordialmente questões inerentes à Organização e Representação do Conhecimento com foco principal na Ciência da Informação, A partir daí, aborda-se a Indexação e Política de Indexação mediante uma perspectiva sociocultural, realizando um paralelo junto às discussões que permeiam o universo da acessibilidade e especificamente a deficiência visual.

2.1 Organização e Representação do Conhecimento na Ciência da Informação

As formas de organizar e representar o conhecimento são tão antigas quanto a própria existência humana. Sendo assim, entende-se que organizar e representar não são discussões elaboradas em tempos atuais, mas sim, algo que surge junto a própria evolução da sociedade, que aspira por compartilhar, decifrar e utilizar o conhecimento gerado, acumulado e registrado (GUIMARÃES et al., 2012). O conhecimento uma vez produzido, necessita ser divulgado, organizado e disponibilizado socialmente e é nesse aspecto que discorre a organização do conhecimento. Deste modo, esse processo de organizar e dispor o conhecimento se torna cíclico e ininterrupto.

Carlan e Medeiros (2011, p.57), enfatizam que:

O conhecimento está em “eterno” crescimento, transformando-se e acumulando-se. Quando se adquire conhecimento relaciona-se com algo já existente, e sobre o qual somos capazes de raciocinar e chegar a conclusões. A criação de conhecimento sobre os objetos que nos cercam constitui uma prerrogativa essencial da racionalidade humana. Desenvolve-se, por instinto, num processo cognitivo que leva a identificar características do objeto percebido e comparar com características identificadas em outros objetos já conhecidos. A partir desse conhecimento, inicia-se um processo classificatório do objeto.

Nas discussões que cercam a compreensão sobre Organização do conhecimento, entende-se que esta tem sua origem na Biblioteconomia, na Documentação e na Ciência na Informação e deriva-se do que se compreende como “Knowledge Organization” que segundo Hjørland (2008) está entre vários campos da atualidade que desempenham um papel nos ambientes contemporâneos e futuros de comunicação e compartilhamento. As primeiras formas de uso para tal conceito partiram no início do século XX por Charles Cutter e Ernest Cushington Richardson (1900) e consolidado por W. C. Sayers Berwick e Henry Bliss. O livro de Bliss

publicado em 1929 e intitulado “The organization of knowledge and the system of the sciences” trouxe importante contribuição para a área. Neste, o autor discorre sobre classificação de livros e a representação de documentos nas bibliografias que devia ser alicerçado na organização do conhecimento. (SANTOS, 2015).

Ademais, por apresentar um caráter interdisciplinar, a organização do conhecimento além de ser estudada no âmbito da Ciência da informação é estudada também em outras áreas, como antropologia, computação, filosofia, linguística, psicologia, sociologia, entre outras.

Ao tratar do escopo do periódico Knowledge Organization, principal publicação na área de organização do conhecimento, Dahlberg (1993) ressalta a interdisciplinaridade da organização do conhecimento por meio do subtítulo do periódico que indica tanto o foco de interesse da publicação como da área de estudo “Devotado à Teoria do Conceito, Terminologia Sistemática e Organização do Conhecimento”. Mais adiante, a autora especifica que o domínio de organização do conhecimento se encontra no campo da Ciência da Informação, e suas disciplinas, Arquivologia, Biblioteconomia, Documentação e Museologia; na Ciência da Computação, incluindo Informática, Programação, Inteligência Artificial e Sistemas Inteligentes; Linguística e Terminologia e sistemas de pesquisa (DAHLBERG, 1993, p. 211-212 apud PIOVEZAN, 2015, p. 23)

No que se define ao aspecto conceitual, Rabello e Guimarães (2007, p.5), concordam que: [...] “segundo Hjørland (2003), em uma perspectiva pragmática e sóciocognitiva, a OC, no âmbito da Ciência da Informação, é um conceito amplo que tem como significado, particularmente, a organização da informação em registros bibliográficos, incluindo índices de citação, texto completo e Internet”.

A Ciência da Informação e a Biblioteconomia são as disciplinas centrais da organização do conhecimento. Portanto, o conceito de organização do conhecimento assume, nesta esfera, o significado de atividades relativas à organização da informação em registros bibliográficos (HJØRLAND, 2003, p. 87 *apud* GUIMARÃES, 2008) e “se preocupa com a natureza e qualidade de tais processos de organização do conhecimento assim como com sistemas de organização do conhecimento usados para organizar documentos, representações de documentos, trabalhos e conceitos” (HJØRLAND, 2008, p. 2).

Para Barité (2001) a OC é uma disciplina científica aplicada e se preocupa em fornecer subsídios teóricos (e retroalimentar-se) relativamente ao continente conceitual adequado às diversas práticas e atividades sociais, tendo como enfoque o

tratamento temático da informação e de um modo menos criterioso, também busca estudar a gestão do uso social da informação.

Dessa forma, os autores destacam: “[...] a OC está vinculada ao acesso ao conhecimento e pretende operar como instrumento de tratamento, gestão e uso da informação, abrangendo, de forma integradora, os fenômenos e as aplicações vinculadas à estrutura, disposição, acesso e difusão do conhecimento socializado, ou seja, registrado.” (RABELLO; GUIMARÃES, 2007, p.5).

Hjørland (2008), aponta que a OC se compõe de dois tipos de organização que se relacionam:

- Organização social do conhecimento que consiste na “[...] organização em profissões, acordos e disciplinas. Se nos referimos a disciplina em nossas representações de conhecimento, estamos usando sistemas sociais de Organização do Conhecimento”. (Ex.: CDD, CDU, organização social do trabalho etc.).
- Organização intelectual ou cognitiva do conhecimento “[...] organização do conhecimento em conceitos, sistemas conceituais e teorias”. (Ex.: sistema periódico em química, taxonomia zoológica em biologia, base dos sistemas de indexação etc.).

Tendo a definição dos objetos e atividades da Organização do Conhecimento e suas concepções, analisamos segundo Barité (2001, p. 41) o objeto de estudo da Organização do conhecimento:

O objeto de estudo da Organização do Conhecimento é – a nosso juízo – o conhecimento socializado, e como disciplina dá conta do desenvolvimento de técnicas para a construção, gestão, uso e avaliação de classificações científica, taxonomias, nomenclaturas e linguagens documentais. De outra parte, traz metodologias de uso e recuperação por linguagem natural. É esta visão integral do conhecimento, em que se associam as classificações filosóficas ou científicas do saber com as classificações destinadas à organização de documentos em bibliotecas, arquivos e outras unidades de informação que abre maiores perspectivas para um importante desenvolvimento disciplinar e interdisciplinar no âmbito da Biblioteconomia e documentação.

No que abarca tal fundamentação, Piovezan (2015, p.23) salienta que: “[...] para o autor em questão, o objeto de trabalho da organização do conhecimento é o conhecimento socializado, ou seja, o conhecimento humano que tenha sido registrado e institucionalizado de modo a colocar-se à disposição para uso.

Portanto, compreende-se que o objeto de estudo da Organização do Conhecimento é o conhecimento socializado onde OC é um fenômeno social, resultado da organização do conhecimento individual. Sobre tal ponderação, Dal'Evedove (2014) ainda ressaltou que o objeto de estudo da Organização e Representação do Conhecimento é o “conhecimento em ação” onde compreende-se que este é um fenômeno de dimensão social, materializada e cíclica do conhecimento registrado e socializado com vistas para sua organização e representação, para que este resulte em um novo conhecimento (DAHLBERG, 1995; BARITE, 2001, GUIMARÃES, 2000, 2009)

No que concerne a organização de conhecimento em bibliotecas, o bibliotecário é o profissional responsável por essa organização que está correlacionada com esse conhecimento registrado (VITORINI, 2015). Para Pontes e Lima (2012, p.22):

A organização do conhecimento produz representações sistematizadas de conhecimento, que podem ser utilizadas na organização da informação, para padronizar as representações dos conteúdos dos recursos informacionais, visando facilitar a recuperação e o uso do mesmo.

Deste modo, a organização do conhecimento em bibliotecas ocorre em duas partes: o tratamento temático que consiste em analisar o documento de acordo com o seu conteúdo, e o tratamento descritivo que analisa o documento de acordo com a sua forma física.

Historicamente, a prática do Tratamento Temático da Informação – TTI – marcava um período de desenvolvimento técnico, onde, como forma de facilitar a organização do material bibliográfico nas bibliotecas, foi desenvolvido (na segunda metade do século XIX), pelo norte-americano Melvil Dewey, o sistema de Classificação Decimal de Dewey – CDD. (RABELLO; GUIMARÃES, 2007, p.3).

Dias e Naves (2007, p. 17) sintetizam o conceito de tratamento da informação como sendo:

[...] expressão que engloba todas as disciplinas, técnicas, métodos e processos relativos a: a) descrição física e temática dos documentos numa biblioteca ou sistema de recuperação da informação; b) desenvolvimento de instrumentos (códigos, linguagens, normas, padrões) a serem utilizados nessas descrições; e c) concepção/implantação de estruturas físicas ou bases de dados destinadas ao armazenamento dos documentos e de seus simulacros (fichas, registros eletrônicos, etc.). Compreende as disciplinas de classificação, catalogação, indexação, bem como especialidades

delas derivadas, ou terminologias novas nelas aplicadas, tais como metadados, e ontologias, entre outras.

Considerando que o processo de indexação abrange a representação temática dos assuntos dos documentos, para posteriormente viabilizar a recuperação do seu conteúdo, podemos destacar segundo Chaumier (1988), que a indexação é a parte mais importante da análise documentária. É ela que atribui o valor a um sistema documentário.

Pode-se entender a conceituação da análise documentária da seguinte forma: “Conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação” (GARDIN, 1981, p. 29 *apud* SILVA e FUJITA, 2004, p.136).

Análise documentária é uma operação, ou um conjunto de operações, que se destina a representar o conteúdo de um documento numa forma diferente da sua forma original, a fim de facilitar a consulta ou a referência num estágio superior (CHAUMIER, 1988, p.15)

Desse modo, Guimarães (2003) aponta que o tratamento, processamento ou organização da informação pertencente a análise documentária destina-se a natureza descritiva dos documentos (física) ou temática (conteúdo) a diferentes suportes informacionais, de modo que os mesmos possam ser localizados (no primeiro caso) e acessados em termos de assunto (segundo caso).

Uma segunda definição aponta esse processo interligado à questão de indexação:

É um macro universo no qual a indexação está inserida. A indexação é então, o resultado da fase de representação, fase final da análise documentária, em que se utilizam as linguagens documentárias para a geração de produtos documentários (índices, classificatórias, etc). (GUIMARÃES, 2000, p.)

Para entender o que aborda a análise documentária e a indexação, Fujita (2003, p.61) descreve essa relação: “[...] Dentro desse bojo de evolução de técnicas de tratamento da informação, está ligada a análise documentária como extensão do tratamento temático que comporta a geração de resumos e a indexação”

Portanto, a indexação na Análise documentária também é reconhecida pelos sistemas de informação como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca (Fujita, 2003). Então a análise documentária é um processo pertencente e resultante da indexação.

Para Santos (2011) a indexação é atividade integrante do tratamento temático da informação que tem por finalidade extrair termos representativos do assunto de documentos com o objetivo de referenciá-los para uma melhor recuperação, e dessa forma é um método de Organização e Representação da Informação. Sobre a conceituação da indexação, a ABNT relata como um “[...] Ato de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos representativos dos seus assuntos e que constituem uma linguagem de indexação. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA..., 1992, p. 2).

Para a UNISIST a indexação formula-se: [...] “como a ação de descrever e identificar um documento de acordo com seu assunto”. UNISIST (1981, p.84)

E conforme aponta Nunes (2004, p. 55), sobre o conceito de indexação, e conseqüentemente, a recuperação da informação, tem-se que:

A recuperação de informações armazenadas num catálogo ou numa base de dados bibliográfica depende fundamentalmente de uma boa indexação dos assuntos contidos nos documentos incorporados ao acervo de uma biblioteca. Indexar significa representar o conteúdo temático de um documento, o que se faz mediante a determinação do assunto de que trata o documento, a seleção dos conceitos relevantes associados ao assunto determinado e à tradução desses conceitos para os termos autorizados de uma linguagem documentária.

Para Silva; Fujita (2004) esse conceito só surgiu a partir da elaboração de índices, mas atualmente vincula-se a análise de assunto. Para (Borko e Bernier, 1978, p. 8 *apud* Fujita, 2004) “É o processo de analisar o conteúdo informacional dos registros do conhecimento e sua expressão na linguagem do sistema de indexação”.

De tal modo, o propósito da indexação é representar os documentos de forma condensada, mas é importante salientar que essa representação é um processo intelectual do profissional e que também depende de questões como o contexto físico, sua compreensão diante da linguagem documentária e as necessidades da instituição, bem como as dos usuários. É importante considerar como aponta Lancaster que (2004, p.17) “[...] se aceitamos que a indexação é mais eficiente quando se orienta para as necessidades de um determinado grupo de usuários, a função do indexador será prever os tipos de pedidos para os quais determinado documento será provavelmente uma resposta útil.”

Dessa forma, é necessário que a indexação seja a mais consistente e criteriosa possível de modo a não se perder a informação no instante da busca.

Após as breves definições sobre indexação, há que se ressaltar o processo de indexação, que abrange a representação temática dos assuntos dos documentos, para posteriormente, viabilizar a recuperação do seu conteúdo. Segundo Rubi (2009, p.81), a representação temática é a:

[...] Identificação do conteúdo do documento, por meio do processo de análise de assunto, e a representação desse conteúdo através de conceitos, que por sua vez, serão representados ou traduzidos em termos advindos de uma linguagem documentária, com vistas à intermediação entre o documento e o usuário no momento da recuperação da informação, seja em índices, catálogos ou base de dados.

Para tanto, compreende-se que a indexação é o processo de descrever e identificar um documento de acordo com o seu assunto e por sua vez, esse ato, é pertencente ao tratamento da informação que se insere a Ciência da Informação que mantém então o seu objetivo de produzir, organizar, representar e dispor o uso da informação. Portanto, quando falamos de organização e representação da informação e do conhecimento, a ênfase é dada aos processos de organização.

Desse modo, a criação de esquemas e sistemas de organização e representação do conhecimento responde não apenas à necessidade de a sociedade saber o que se tem publicado pelo mundo, mas, também, à necessidade de as bibliotecas, como instituições de guarda e preservação, criarem condições para a recuperação desse conhecimento armazenado (GUIMARÃES, et al, 2012, p.32).

Hjørland (2016) nos permite compreender que a Organização do Conhecimento aborda fundamentalmente a descrição, representação e organização dos documentos desenvolvido tanto por humanos como por programas de computador. Para tanto, regras e padrões são desenvolvidos, incluindo sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assunto, tesouros e outras formas. A organização do conhecimento em sistemas de classificação e sistemas conceituais são assuntos centrais da OC. Os dois principais aspectos da OC são OS processos de organização do conhecimento e ossistemas de organização do conhecimento. Deste modo, ainda em Hjørland, identifica-se que os processos de organização do conhecimento são, por exemplo, os processos de catalogação e análise de assunto, indexação e classificação. Já os sistemas de organização do conhecimento são a seleção de conceitos tendo em vista a indicação de relações semânticas, por exemplo,

sistemas de classificação, listas de cabeçalhos de assuntos, tesauros, ontologias e outros sistemas de metadados.

Considerando as necessidades da Ciência a Informação, no que compete ao processo de organização, representação e disseminação do conhecimento, o subcapítulo que segue abordará intrinsecamente as questões da indexação bem como política da indexação, sendo estes processos responsáveis por representar um documento de forma condensada e permitir que a recuperação da informação seja eficaz.

O subcapítulo em decorrência aos estudos da indexação e política de indexação, dissertará sobre as questões do usuário deficiente visual e a acessibilidade no que lhe concerne as unidades de informação.

2.2 Indexação e Política de Indexação.

É significativo considerar para o capítulo que segue, os conceitos de Indexação partindo de acordo com a literatura e os teóricos da área. Para tanto, apresentamos as seguintes conceituações:

- Operação que consiste em escrever e caracterizar um documento, com o auxílio da representação dos conceitos nelas contidos (CHAUMIER, 1988, p. 63);
- Operação que consiste em enumerar os conceitos sobre os quais trata um documento e representá-los por meio de uma linguagem combinatória: lista de descritores livres, lista de autoridades e o thesaurus de descritores (VAN SLYPE, 1991).
- É a técnica de caracterizar o conteúdo de um documento (...) retomando as idéias mais representativas para vinculá-las a termos de indexação adequados (PINTO MOLINA, 1993, p. 208);
- A indexação configura-se como um processo de fabricação de informações documentárias que supõe a transformação de um objeto (documento) em outro objeto (informação documentária), por meio de operações de análise e síntese (KOBASHI, 1994, p 21);
- A indexação consiste em indicar o conteúdo temático de uma unidade de informação, mediante a atribuição de um ou mais termos (ou códigos) ao documento, de forma a caracterizá-lo de forma unívoca (ROBREDO, 2005, p. 165)

Deste modo, por indexação, entende-se o processo de extrair de um documento termos que representem o seu assunto com o objetivo de referenciá-los de forma condensada para uma melhor recuperação da informação.

Cleveland e Cleveland (2001, citados por EVANGELISTA) compreendem que:

O processo da indexação envolve fases, como análise de assunto, representação desses assuntos por meio de termos, traduzidos posteriormente por uma linguagem controlada, aproximando-se do processo de classificação na medida em que os dois processos tenham como objetivo a recuperação informacional de maneira efetiva e partem da análise temática do documento.

Para tanto, o processo de indexação abrange a representação temática dos assuntos dos documentos, para posteriormente viabilizar a recuperação do seu conteúdo.

Naves (1996, p1.) salienta que “O processo de extrair conceitos que traduzam a essência de um documento é conhecido como “análise de assunto” para alguns, análise temática para outros e ainda como análise documentária ou análise de conteúdo.” Para a fundamentação no estudo que segue, entende-se como análise Documentária.

Segundo Chaumier (1988), a indexação é a parte mais importante da análise documentária. É ela que atribui o valor a um sistema documentário. Pode-se entender a conceituação da análise documentária da seguinte forma: “Conjunto de procedimentos efetuados com a finalidade de expressar o conteúdo de documentos científicos, sob formas destinadas a facilitar a recuperação da informação” (GARDIN, 1981, p. 29 apud SILVA; FUJITA, 2004, p.136). Tal estudo delimita-se em correntes sendo elas: Francesa onde o estudo destina que a Indexação é o resultado final da representação pertencente a Análise documentária enquanto a corrente inglesa aponta que a análise documentária e a indexação são processos semelhantes. Abordando os estudos delimitados a partir da fundamentação francesa da análise documentária, Chaumier aponta:

Análise documentária é uma operação, ou um conjunto de operações, que se destina a representar o conteúdo de um documento numa forma diferente da sua forma original, a fim de facilitar a consulta ou a referência num estágio superior (CHAUMIER, 1988, p.15).

Desse modo, Guimarães (2003) nos traz que o tratamento, processamento ou organização da informação pertencente a análise documentária destina-se a natureza

descritiva dos documentos (física) ou temática (conteúdo) a diferentes suportes informacionais, de modo que os mesmos possam ser localizados (no primeiro caso) e acessados em termos de assunto (segundo caso). Uma segunda definição aponta esse processo interligado à questão de indexação:

É um macro universo no qual a indexação está inserida. A indexação é então, o resultado da fase de representação, fase final da análise documentária, em que se utilizam as linguagens documentárias para a geração de produtos documentários. (índices, classificatórias, etc) (GUIMARÃES, 2000, p.5)

Para entender o que aborda a análise documentária e a indexação, Fujita descreve essa relação da seguinte maneira:

Dentro desse bojo de evolução de técnicas de tratamento da informação, está ligada a análise documentária como extensão do tratamento temático que comporta a geração de resumos e a indexação (FUJITA, 2003, p.61).

Portanto, a indexação na Análise documentária também é reconhecida pelos sistemas de informação como a parte mais importante porque condiciona os resultados de uma estratégia de busca (Fujita, 2003). Então a análise documentária é um processo pertencente e resultante da indexação.

Para Silva e Fujita (2004) conceito de indexação só surgiu a partir da elaboração de índices, mas atualmente vincula-se a análise de assunto. Para Borko e Bernier, (1978, p. 8 apud FUJITA, 2004) “É o processo de analisar o conteúdo informacional dos registros do conhecimento e sua expressão na linguagem do sistema de indexação”.

Santos (2011) enfatiza que a indexação é atividade integrante do tratamento temático da informação que tem por finalidade extrair termos representativos do assunto de documentos com o objetivo de referenciá-los para uma melhor recuperação, e dessa forma é um método de Organização e Representação da Informação.

Diante disso, é considerável analisar que os termos utilizados para a sistematização da indexação possuem o propósito de atender as necessidades informacionais de cada usuário sem distinção ou barreiras entre tais sujeitos independentemente das suas particularidades culturais ou linguísticas. É esperado que um item, uma vez indexado pelo profissional possa proporcionar conceitos já

conhecidos pelos usuários, portanto, a prática do bibliotecário, neste aspecto, também possui grande impacto diante do que será recuperado ao usuário.

Fujita (2017, p.214) enfatiza que “a indexação envolve uma cultura a ser assimilada e seguida e que não diz respeito somente ao processo de indexação ou à linguagem de indexação, mas, sobretudo à definição de uma política de indexação realizada com a equipe da biblioteca”. No que diz respeito ao processo de representação e posteriormente a recuperação da informação, utilizam-se linguagens de indexação como instrumentos de representação. O processo de representação possibilita que o indexador traduza a linguagem natural do documento para uma linguagem artificial completamente distinta da linguagem de busca do usuário no ato da recuperação. Essa representação é um processo intelectual do profissional e que também depende de questões como o contexto físico, sua compreensão diante da linguagem documentária e as necessidades da instituição, bem como as dos usuários. É importante considerar que, [...] se aceitamos que a indexação é mais eficiente quando se orienta para as necessidades de um determinado grupo de usuários, a função do indexador será prever os tipos de pedidos para os quais determinado documento será provavelmente uma resposta útil. (LANCASTER, 2004, p.17).

Considerando a prática do profissional, as instituições fazem uso de políticas de indexação para que essa diretriz, norteie o trabalho do bibliotecário. Para determinar uma política de indexação em bibliotecas, é necessário considerar a existência de diversos fatores, que envolvem critérios: desde a prática profissional de cada indivíduo, o fazer do bibliotecário; as necessidades informacionais de cada usuário; a seleção dos tipos de documentos e a recuperação da informação.

Sobre isso, NUNES (2004, p.55) entende política de indexação sendo: “uma diretriz que explicita as escolhas técnicas (por isso política) que a biblioteca faz (e os bibliotecários precisam observar em suas rotinas), considerando fundamentalmente duas variáveis: o seu usuário e o seu acervo.”

A política de indexação precisa ser salientada, pois seu propósito é o de apontar diretrizes que possam auxiliar na consistência da indexação, na formulação de manuais, na conduta do profissional neste universo e, até mesmo, na visibilidade da biblioteca considerando a perspectiva de demais profissionais e usuários. Entretanto, cada biblioteca possui sua peculiaridade em relação ao acervo, à equipe e à própria organização, o que interfere no processo da indexação.

Também é relevante destacar que as políticas diferem dos manuais. Para Almeida (2000, p.6) “As políticas ou diretrizes são planos gerais de ação, guias genéricos que estabelecem guias mestras, orientam a tomada de decisão e dão estabilidade à organização”. Enquanto compreende-se que “o manual de indexação, é parte da documentação oficial da biblioteca que descreve as etapas de realização da análise de assunto, apresenta as regras e procedimentos que devem ser observados pelo indexador e define-se como o meio pelo qual a política de indexação se manifesta (RUBI, 2008, p. 42).

Sobre a política de indexação, Piovezan (2015, p.32), enfatiza:

Tornou-se clássico para a literatura nacional o trabalho de autoria de Marília Carneiro em 1985, no qual a autora apresenta os objetivos e elementos básicos de uma política de indexação. A autora coloca que as políticas de indexação são orientações para a tomada de decisões no planejamento de sistemas de recuperação da informação, de forma a garantir que qualquer informação seja provida ao usuário no momento preciso, da maneira mais eficiente e econômica possível.

Sendo assim, seguindo este enfoque, Carneiro (1985, p. 221), salienta os elementos a se considerar na política de indexação:

[...] São elementos a considerar na elaboração de uma política de indexação: cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema, avaliação do sistema [...].

Para tais critérios, tem-se a cobertura de assuntos como a identificação das áreas de assunto a serem indexadas, desde as que necessitam de um tratamento aprofundado até as áreas a serem superficialmente tratadas, Carneiro (1985). Já a seleção e aquisição dos documentos-fonte destina os documentos que serão incluídos no sistema informacional Carneiro (1985);

Com base na literatura, destaca-se também os processos inerentes a indexação, sendo: Especificidade, exaustividade, escolha da linguagem, revocação e precisão. “A exaustividade é a extensão com que determinado documento é indexado, isto é, o número de conceitos contidos nos documentos utilizados na indexação” (PIEIDADE, 1997, p.3). Deste modo, o propósito da exaustividade para a indexação é extrair do documento o maior número de termos de modo a contribuir para a representação de forma mais efetiva. Já a especificidade é a “exatidão com que os descritores utilizados representam o conteúdo temático dos documentos” (PIEIDADE,

1997, p.4). FOSKET (1973) citado por CARNEIRO (1985, p.232) aponta mais precisamente o nível de especificidade como a “extensão em que o sistema nos permite ser precisos ao especificarmos o assunto de um documento que estejamos processando”.

Deste modo, compreende-se que:

a especificidade e a exaustividade, como medidas estabelecidas pelo sistema na política de indexação, dependem do nível de compreensão do indexador para a tarefa de indexação que implica o domínio de habilidades de leitura documentária, de domínio da linguagem de indexação e principalmente de domínio do contexto e da política de indexação pautada pelos objetivos do sistema de recuperação. (FUJITA, 2012, p.24)

Já, a escolha da linguagem propõe analisar se a linguagem utilizada apresenta-se de acordo com o sistema de informação e com os usuários, podendo a linguagem ser livre ou controlada, pré-coordenada ou pós-coordenada. E por fim, a revocação destina-se a recuperar documentos úteis, enquanto a precisão destina-se a evitar a recuperação dos documentos considerados desnecessários (Carneiro, 1985).

Ainda em Carneiro (1985), a mesma salienta que a estratégia de busca pode ser apontada direta pelo usuário ou se delegada por um profissional; o tempo de resposta do sistema demarca o retorno de um sistema no momento do pedido das informações e recuperação, de acordo com as exigências de revocação e precisão do um sistema; a forma de saída apresenta as informações recuperadas no sistema as quais podem ser: referências bibliográficas, resumos, textos completos e números de acesso aos documentos e pôr fim a avaliação do sistema identifica a forma como o sistema será avaliado visando-se a descobrir o nível de satisfação das necessidades dos seus usuários, as falhas que estão ocorrendo e a forma como poderão ser corrigidas.

Fujita (2012, p. 28) aponta que “é um desafio realizar a indexação pautado por uma política de indexação, mas é necessário para que haja conscientização sobre elementos e variáveis da política e os efeitos que causam na recuperação.

Portanto, faz-se significativo também considerar como fatores que afetam e condicionam essa qualidade: a missão da instituição, o perfil dos usuários e os recursos existentes na biblioteca, o conhecimento do profissional bibliotecário, sua formação enquanto indexador.

De tal modo, atentando-se as definições da política de indexação, tem-se que o bibliotecário possui um imensurável propósito social no instante que é responsável por representar a informação enquanto a biblioteca é denominada como um espaço de disseminação da informação e construção do conhecimento. Portanto, tendo em vista a concepção de que o direito à informação é pertencente a todos os indivíduos independente da sua condição física, intelectual, social, linguística entre outras, entende-se que as bibliotecas devem cumprir com a sua função de ser um espaço onde se pode difundir a informação e o conhecimento.

2.3 O deficiente visual e a acessibilidade nas unidades de informação

Por sociocultural, compreendemos como os processos e fenômenos dos aspectos sociais e culturais de uma determinada comunidade. Sendo assim, sociocultural define-se de acordo com as realizações e desenvolvimento humano de modo individual, social e cultural de cada sujeito e que impacta na sociedade, como um todo. Considerando o sociocultural como uma prática onde o que os sujeitos realizam no mundo tem significado em um determinado contexto social é relevante questionar, neste sentido, como dá-se a postura do profissional bibliotecário, do usuário e dos serviços oferecidos na biblioteca aos deficientes visuais e como uma pessoa com deficiência posiciona-se neste contexto pouco diversificado e nem sempre inclusivo.

Maciel (2000), aponta que no Brasil milhares de pessoas estão sendo discriminadas por possuírem algum tipo de deficiência. “O processo de exclusão social de pessoas com deficiência ou alguma necessidade especial é tão antigo quanto a socialização do homem” (MACIEL, 2000, p.51).

Socialmente a deficiência é apontada como uma condição apenas de limitação, dificuldades de interação, integração entretanto será que consideramos os valores e habilidades destes indivíduos ou apenas a sua deficiência? Será que profissionais e bibliotecas também cumprem a sua função de disseminar a informação para todos? Como assinala Oliveira (1993) apud Ribas e Moura (2006, p.130) “a ação humana quando, não incluída em um sistema cultural de atividade, fica destituída de significado”.

Há tantos estigmas acerca da deficiência que por vezes o próprio indivíduo deficiente se posiciona diferentemente da sua realidade, de modo que se faça “aceito”

ou “normal” diante dos padrões sociais que lhe são intrinsecamente impostos. Sobre tanto, Silva (2006, p.424) aponta:

O ajustamento à sociedade dá-se pela incompreensão de que podemos constituir-nos como seres autônomos capazes de realização dos objetivos além dos puramente imediatos. A saída vislumbrada é o ajustamento à sociedade tal qual nos é apresentada, pela impossibilidade de negar o real e, assim, refletir sobre os condicionantes e a própria constituição do indivíduo.

Além de tudo, não há definitivamente estruturas que permitam aos deficientes total locomoção, independência e inserção plena na sociedade de modo que resguardem esses indivíduos. É possível notar lacunas de inclusão no aspecto da urbanização, saúde, educação, esporte, cultura entre outros. No sentido de facilitar a integração dos deficientes na sociedade é significativo que haja a eles além dos demais acessos já mencionados, o acesso a informação. Para tanto bibliotecas e bibliotecários precisam estar inseridos nesse contexto de acessibilidade e inclusão, pois uma sociedade inclusiva é aquela que assume o compromisso com todos.

Tem-se que a biblioteca possui como função inicial armazenar o conhecimento produzido, mas para além disso, atualmente tem um papel fundamental na sociedade, à medida que deve ser um espaço para interação, manifestações culturais, artísticas e debates, além de disseminar a informação a todos os indivíduos, independentemente de quaisquer condições que sejam diferentes daquilo que, em geral, é considerado normalidade. Sobre isso, Targino (2004, p. 9) afirma que “A informação é direito social de todos. É um bem comum que pode e deve ser partilhado por todos, indistintamente”.

Valentim, enfatiza a necessidade das bibliotecas se consolidarem como um espaço contemporâneo, customizado, de modo a atender diferentes públicos da melhor maneira. Além disso, proporcionar espaços de interação entre o usuário e a informação se mostra de maneira essencial:

As pessoas são a essência das bibliotecas contemporâneas, por um lado, os profissionais que nelas atuam e, por outro lado, o público usuário que necessita de seus serviços e produtos informacionais. Nessa perspectiva, as bibliotecas têm trabalhado para proporcionar as melhores condições de trabalho à sua equipe e desenvolver, da melhor maneira possível, as atividades bibliotecárias, visando atender aos anseios do público usuário. (VALENTIM, 2016, p.39)

Neste contexto de contemporaneidade, é essencial que as bibliotecas e demais unidades de informação estejam preparadas para se adaptarem as necessidades de

distintos perfis de usuários, e zelar pela igualdade de direitos e oportunidades a todas as pessoas. Para o caso das discussões que seguem, o foco destina-se aos usuários deficientes visuais e seus direitos de uma participação ativa frente a sociedade. Malheiros (2017) enfatiza a necessidade de que toda equipe da biblioteca tenha uma visão inclusiva, pois a partir disso, as atividades serão direcionadas deste modo e o produto também será inclusivo e deste modo, a biblioteca torna-se capaz de atender sem distinção a todos os usuários.

É essencial considerar a importância da informação para todos os indivíduos e fundamentalmente no caso das pessoas com deficiência visual, considerar também as suas dificuldades na aquisição e acesso às informações, tendo a clareza de que o maior meio de permitir autonomia aos indivíduos, dá-se através da sua socialização e formação educacional. Para tanto, é significativo que as unidades de informação conheçam seus usuários, entendam as suas necessidades informacionais e adaptem para a realidade, seus produtos e serviços.

Para tanto, Guinchat e Menou (1994, p.486) afirmam que:

A unidade de informação deve fazer todo o possível para conhecer bem as necessidades reais dos seus usuários e sua evolução, determinar o seu grau de satisfação e adaptar-se de acordo com isso. Além de estudos das necessidades e dos comportamentos, isto implica um contato pessoal tão estreito quanto possível com o usuário. Suas críticas, conselhos e sugestões devem ser solicitados e ouvidos.

Deste modo, é necessário que haja nas bibliotecas e demais unidades de informação o propósito de se atender distintas necessidades humanas. Nas discussões inerentes a Biblioteconomia e Ciência da Informação, esta particularidade faz-se diante do estudo de usuário, onde é possível distanciar-se dos serviços de biblioteca e dar ênfase as necessidades de informação dos indivíduos.

Figueiredo (1994, p.7) aponta que o estudo de usuários são investigações que norteiam para saber quais as necessidades dos indivíduos diante da informação, ou para saber se as necessidades de informação por parte destes sujeitos da biblioteca ou centro de informação estão sendo devidamente satisfeitas.

Portanto, tem-se que o estudo de usuário em bibliotecas, destina-se na compreensão de como a informação é obtida e utilizada pelos sujeitos, sua satisfação e necessidade frente a essas informações disponibilizadas, em qual aspecto as bibliotecas precisam agir de maneira diferenciada e, até mesmo, assumirem um papel

mais ativo e dinâmico. Neste aspecto, Wilson (1994) apud Duarte, Araújo e Paula (2017, p.112) ressaltam que:

O termo estudos de usuários engloba uma ampla gama de áreas de pesquisa em ciência da informação, além de incluir outras áreas como ciência da computação, comunicação, entre outras. Mas dentro da própria ciência da informação, os termos para designar tais estudos variam ao longo do tempo: estudos de usuários, estudos de necessidades de informação, estudos de comportamento informacional, estudos de práticas informacionais. A variação terminológica reflete o desenvolvimento do campo ao longo dos anos de diversas maneiras.

Assim, percebe-se que fundamentações inerentes ao estudo de usuários discorrem na CI com o surgimento das necessidades dos indivíduos e se aprofundam com o desenvolvimento da área. Deste modo, também é relevante considerar a necessidade informacional dos sujeitos e para o caso deste estudo, a necessidade dos deficientes visuais.

Os estudos sobre as necessidades informacionais são importantes no processo de compreensão de como o usuário se comporta, bem como reage ao processo de busca e uso da informação. Entretanto, a definição do conceito de necessidade de informação não é uma tarefa fácil, pois trata-se de um processo cognitivo e perceptivo (BARROS; SAORIM; RAMALHO, 2008).

Ainda sobre a necessidade de informação, para Nascimento e Weschenfelde (2002, p. 2) entende-se como “a carência de informação que o indivíduo deve suprir para realizar uma pesquisa, para a sua educação e atualização pessoal ou para uma tomada de decisão em seu desempenho profissional”.

Deste modo, seguindo o enfoque deste estudo, que é o de compreender ao máximo a realidade das pessoas com deficiência, suas necessidades informacionais também devem ser especificadas. Malheiros (2009, p. 44) destaca:

[...] em relação às PDV, [...], suas necessidades de informação seguem o padrão de necessidade dos demais usuários, o que diferencia é o suporte físico onde é depositada a informação e um atendimento especial em relação ao acesso a essas informações. A diferença está na busca (falta de acessibilidade) e no acesso.

Compreende-se então que é relevante que o bibliotecário realize o estudo de usuário, identifique as necessidades informacionais destes indivíduos, seus comportamentos de busca e como utilizam a informação.

Mesmo com a necessidade das pessoas com deficiência visual em utilizarem os serviços das bibliotecas, Richardson (2009) defende que no Brasil pouco se discute

sobre o dever institucional de se contribuir para a acessibilidade da informação aos deficientes visuais. Assim, muitos são os problemas enfrentados pelos usuários cegos para a sua inclusão informacional e inserção na sociedade.

Barqueiro e Barqueiro (2010, p. 482) ainda enfatizam que: “a ignorância generalizada sobre as competências das pessoas com deficiência impede-lhes o acesso às condições mínimas de cidadania”. Portanto, compreende-se que a limitação advinda para os usuários deficientes visuais perpassa até mesmo as lacunas da inclusão informacional e torna-se um problema eminentemente social, uma vez que restringe grandiosamente um perfil de indivíduos.

No sentido de romperem com as questões de exclusão e limitação, as bibliotecas possuem um imensurável propósito de agirem em prol da diversidade e de se contextualizarem as novas perspectivas:

A diversidade é declaradamente um valor fundamental para bibliotecas, embora seu enfoque continue a ser majoritariamente homogêneo. O caráter social é um valor central em termos do papel da biblioteca e sua contribuição para melhorar ou resolver os problemas críticos da sociedade. A persistência e crescimento de desigualdades, combinada com políticas que não conseguem proteger os direitos e as oportunidades de minorias sociais, torna essencial priorizar a diversidade e justiça social nas bibliotecas. (MIGLIOLI; SANTOS, 2017, p.139)

Segundo a IFLA, (2009) realizando um comparativo entre o desenvolvimento das bibliotecas na sociedade civil, as bibliotecas que se destinam aos usuários cegos, surgiram para complementar as atribuições da educação, do treinamento e da aprendizagem de longo prazo de pessoas incapazes de ler materiais impressos. Conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), considera-se conforme o art. 2 que:

[...] a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Já o deficiente visual, é o indivíduo que possui uma baixa visão ou até mesmo a ausência total das funções do sistema visual. Historicamente, indivíduos com deficiência visual eram vistos socialmente com desvalorização e exclusão social. Entretanto, a possibilidade de enxergar também é considerada um meio de

comunicação, pois a partir disso, delimitamos nossa comunicação visual com os demais, com o mundo, realizamos nossa percepção e compreensão do todo.

Honora (2008) aponta que a visão é a principal experiência sensorial dos indivíduos, é a partir dela que se adquire grande parcela do conhecimento. O cérebro é mais usado para a visão do que para qualquer outro sentido.

Considerando que a visão é um dos cinco sentidos, e que alguns sujeitos possuem a falta dessa percepção visual, como faz-se a compreensão de mundo? Para tal, têm-se que no universo da deficiência visual, desenvolver-se e aprender a partir de outros sentidos é essencial. “Considerando-se que os deficientes visuais não possuem o referencial visual, é ideal que em seu processo de aprendizagem sejam estimulados outros sentidos que dispõem, como o tato e a audição (VITORINI, 2015, p.37).

Com a limitação ou a ausência da percepção visual desses sujeitos, têm-se a necessidade de auxílio para que estes desenvolvam suas habilidades e principalmente que possam usufruir dos recursos oferecidos pela sociedade. Esse auxílio, faz-se a partir do ato colaborativo de cada ser diante da deficiência e é o que constrói diariamente a noção de acessibilidade.

É necessário que isso se estabeleça e que não haja ao deficiente visual, físico, auditivo, intelectual e demais a existência de barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, entre outras. O uso de tecnologia assistiva como Braille ou softwares que fazem a leitura de tela de computadores para deficientes visuais, por exemplo, também são elementos indispensáveis para esse universo de acessibilidade. “Além disso, para melhorar o aprendizado de Braille são necessários instrutores treinados, especialização no padrão Braille e materiais básicos como papel e gravação em relevo”. Conforme indicação da IFLA (2009) no documento sobre: Bibliotecas para cegos na era da informação: diretrizes de desenvolvimento

Para Coneglian e Casarin (2014, p.237-238) “A acessibilidade está intimamente ligada ao conceito de inclusão. Os meios e ações para efetivar a inclusão, de modo a garantir que pessoas com características diferenciadas possam participar da vida cotidiana de uma determinada sociedade’.

Pensando no propósito de que tornar acessível também é incluir, é possível considerar que as bibliotecas possuem um preparo adequado para fornecer aos seus usuários possibilidades de comunicação, aprendizado e recuperação da informação?

Os profissionais estão atentos diante dessas questões? Há tecnologia assistiva de modo que se atenda tais particularidades? Sobre tal ponderação, a autora salienta:

Não importa saber quantas pessoas com deficiência e quem são elas em sua instituição, mas sim se a sua unidade de informação tem a possibilidade de atender e acolher as diferenças que podem comparecer a qualquer momento, requerendo atendimento (PUPO, 2008, p. 80)

Deste modo, desenvolver habilidades, tornar possível, incluir, integrar diz respeito ao enfoque social que possui a biblioteca, no instante que essa é denominada um espaço de disseminação da informação e construção do conhecimento

Conforme Oliveira (2013) o bibliotecário precisa estar constantemente se adaptando e participando de uma educação continuada diante dos novos contextos, tornando as bibliotecas cada vez mais acessíveis tanto fisicamente quanto socialmente inclusivas, de modo que atenda a todos os usuários.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No presente capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa. Antes de apresentarmos o percurso metodológico é necessário destacar a relevância da pesquisa tanto no que tange às discussões científicas quanto no que diz respeito ao impacto social:

A pesquisa pode ser considerada um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais. Significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos (ANDER-EGG, 1978, p. 28 apud MARCONI; LAKATOS, 2012, p. 43)

Deste modo, o tema da pesquisa proposto vem para auxiliar na compreensão e entendimento de uma realidade extremamente específica, neste caso, na prática do profissional bibliotecário sobre a indexação no contexto da deficiência visual. Sendo assim, a pesquisa, segundo a sua finalidade, é de caráter aplicado, possuindo objetivos de natureza exploratória e descritiva, com procedimentos para a coleta de dados de ordem bibliográfica e por levantamento visando a realização de uma análise qualitativa.

Quanto ao objetivo deste estudo, entende-se que a pesquisa exploratória se faz significativa no instante que permite maior envolvimento e familiaridade entre o pesquisador e o tema pesquisado. Por considerar poucos estudos na área que abordem as questões inerentes à deficiência visual junto à indexação, acreditamos que a pesquisa exploratória se torna imprescindível, pois aproxima pesquisador e temática a ser estudada. Sobre isso Traldi e Dias (2011, p. 32) salientam que “a pesquisa exploratória, visa explorar a complexidade do fenômeno e desvendar as várias maneiras pelas quais ele se manifesta, os processos subjacentes, como também os fatores relacionados ao seu desenvolvimento”. Por sua vez, a pesquisa descritiva insere-se, por permitir que seja explorado e explicado de modo mais detalhado os dados obtidos, mediante análise e interpretação dos mesmos.

Portanto, a metodologia a ser utilizada contempla levantamento bibliográfico e elaboração e aplicação de questionários. Inicialmente, realizou-se pesquisa bibliográfica na literatura nacional e internacional de Ciência da Informação,

contemplando diferentes fontes de informação sobre os temários explorados no capítulo dois de bojo teórico que contempla o objetivo específico um desta pesquisa.

Cumprindo com o propósito da pesquisa, o instrumento para a coleta de dados foi formulado de acordo com as categorias: questionário ao usuário e questionário ao bibliotecário. Esta divisão foi adotada com a intenção de identificar as necessidades dos sujeitos participantes, suas percepções, impressões, falhas e atitudes, bem como direcionar as novas abordagens para a reformulação das questões e consolidação para o formato de questionário de pesquisa.

Referente aos resultados obtidos no questionário, foi possível identificar nas duas categorias de aplicação a necessidade de formulação de diferentes questões, considerando suas distintas responsabilidades e contribuições (direta ou indiretamente) dos sujeitos participantes acerca do tratamento temático na informação no contexto das bibliotecas acessíveis aos deficientes visuais. Sendo assim, as questões aplicadas são todas de caráter fechado e, portanto, foi definido as alternativas de resposta “sim, não, sempre e raramente” além do campo “comente se achar necessário” de modo que para cada alternativa, fez-se cabível apenas uma resposta.

3.1 Caracterização do universo de pesquisa

De modo a cumprir com o objetivo específico dois desta pesquisa, procedeu-se a identificação, seleção e análise de bibliotecas escolares, públicas e universitárias que considerem o universo da deficiência visual ou até mesmo a necessidade de fundamentação e aprimoramento no que diz respeito a essa temática.

A seleção das bibliotecas localizadas tanto no Brasil quanto em Portugal teve como critério principal o atendimento total ou parcial aos usuários deficientes visuais. Foi possível verificar, de acordo com o ambiente no qual se inserem, como é distinta a realidade e os procedimentos executados em uma biblioteca de caráter público, escolar universitário ou especializada, considerando o atendimento aos usuários deficientes visuais.

Para tanto, as bibliotecas participantes foram identificadas mediante buscas nos *sites* das próprias instituições e, em algumas situações, a partir de visitas realizadas nas bibliotecas tanto brasileiras quanto portuguesas quando foi possível analisar quais consideram totalmente o universo da deficiência visual, ou que

possuam um setor para esse tipo de atendimento, mas que primordialmente, possuam uma biblioteca acessível.

É fundamental destacar que a escolha das instituições ocorreu principalmente pelo histórico de cada uma no que tange à deficiência visual, isto é, por atenderem a necessidade de bibliotecas que se destinem aos deficientes visuais, como proposta nesse estudo. Para observar tal aspecto, realizou-se contato com as instituições pessoalmente ou via e-mail. Este primeiro contato tornou cabível investigar, mediante aplicação de questionários com os bibliotecários e os usuários deficientes visuais, a questão da indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual. Portanto, a caracterização do universo de pesquisa é composta por bibliotecas universitárias, públicas, escolares e especializada a deficiência visual pertencentes ao Brasil e Portugal de modo a investigar a questão em diferentes contextos e favorecer, desta forma, a coleta de dados mais completos.

Por se tratar de um estudo inicial sobre a temática proposta para essas bibliotecas não se buscou apenas um perfil específico, mas uma amplitude de instituições que se destinem aos usuários deficientes visuais, a saber:

Quadro 2. Bibliotecas com atendimento à deficiência visual

Biblioteca escolar	Localização
Biblioteca da Escola Secundária José Régio	Vila do Conde - Portugal
Agrupamento de Escolas: Frei João de Vila do Conde e Biblioteca Valter Hugo Mãe	Vila do Conde - Portugal
Biblioteca do Colégio Murialdo de Ana Rech	Rio Grande do Sul - Brasil
Escola Básica Maria Manuela Sá	Matosinhos - Portugal

Biblioteca Universitária	Localização
Universidade Federal da Fronteira Sul	Paraná - Brasil
Biblioteca Universitária da UFSC (Biblioteca Central)	Santa Catarina- Brasil
Unesp - Ibilce	Rio Preto - Brasil
Diretoria técnica de Biblioteca e Documentação – FCLAR – Unesp	Araraquara - Brasil
Universidade do Sagrado Coração	Bauru - Brasil
Centro de Estudos do Mar/UFPR	Pontal do Paraná - Brasil

Biblioteca da Universidade de Aveiro e Mediateca	Aveiro - Portugal
--------------------------------------------------	-------------------

Biblioteca pública	Localização
Biblioteca Sesc Uberlândia	Uberlândia - Brasil
Biblioteca Paulo Emílio Sales Gomes	São Paulo - Brasil
Biblioteca Municipal Dr. Júlio Prestes de Albuquerque	Itapetininga - Brasil
Biblioteca do Jardim Acapulco	Guarujá - Brasil
Biblioteca Prefeito Prestes Maia	Santo Amaro - Brasil

Biblioteca especializada - PDV	Localização
Biblioteca Louis Braille - Centro Cultural São Paulo	Vergueiro - Brasil
Centro Universitário SENAC São Paulo	Santo Amaro - Brasil
Instituto de Cegos Padre Chico	Ipiranga - Brasil

Fonte: Elaborado pela autora

Sendo assim, os sujeitos participantes deste estudo consistem em bibliotecários e usuários com deficiência visual, onde busca-se identificar as diferenças significativas entre tais grupos quanto aos padrões de uso das bibliotecas e hábitos de utilização da informação. Procurou-se avaliar, também, a adequação dos serviços de bibliotecas às necessidades dos usuários com deficiência visual, bem como a prática de bibliotecário, nesse contexto.

Os usuários deficientes visuais que responderam ao questionário de pesquisa são indivíduos com ausência total da visão e de faixa etária que compete a partir dos 13 anos, de modo que se tornou possível abarcar também as ponderações e experiências vivenciadas por esses usuários indiscriminado a sua idade, mas considerando suas experiências. Já os bibliotecários que se dispuseram a colaboração deste estudo, constituem-se como responsáveis pelo setor ou agregam a função de bibliotecário indexador.

3.2 Técnica para coleta de dados

3.2.1 Questionário

O questionário consiste em uma “técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc” (GIL,1999, p.128). Para Marconi e Lakatos (2012, p.86) “o questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma serie ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

Portanto, o questionário é uma técnica usual para obtenção de dados, podendo ser composto por perguntas abertas ou fechadas, o que viabiliza a obtenção de informações de um grande número de sujeitos em distintas localizações ou em uma extensa área geográfica. Também garante o anonimato dos sujeitos pesquisados, permitindo que exponham suas opiniões de modo mais livremente.

Mesmo diante das facilidades de uso deste instrumento, pode-se não atingir toda a amostra selecionada, o que compromete o resultado final. Além disso, as respostas obtidas (para o caso de envio de questionários via e-mail ou plataformas *web*) não são momentâneas, pois permite que os sujeitos de pesquisa respondam no momento que considerarem conveniente.

Neste sentido, para a coleta dos dados, o questionário foi aplicado mediante plataforma online. O primeiro convite aos membros participantes, fez-se via e-mail, apontando os objetivos da pesquisa e posteriormente um link para participação. Este mesmo questionário foi desenvolvido e aplicado através da ferramenta de formulários do Google, onde foi cabível adaptações e ajustes de modo que se demonstrasse segundo a realidade dos participantes envolvidos. Sendo assim, o questionário para participação foi dividido em duas fases: questionário aplicado ao usuário e questionário aplicado ao bibliotecário. É significativo destacar que tal metodologia seguiu a partir de uma adequação da proposta de questionário de Dal´Evedove (2014, p.143). Sobre o uso deste método, a autora aponta:

Cabe esclarecer que, diferentemente de outros tipos de técnicas e instrumentos de pesquisa, o questionário não possui um modelo pré-estabelecido para o tratamento e análise dos seus dados, ficando a

cargo de cada pesquisador definir a opção que melhor atenda as necessidades investigativas de sua pesquisa.

Sobre as realidades advindas do uso de questionário, para o presente estudo aplicou-se este instrumento em razão da distância geográfica das instituições participantes. Assim, a escolha pelo questionário viabiliza a coleta de dados em bibliotecas brasileiras e portuguesas inseridas no universo da deficiência visual.

Deste modo, foi possível o aprofundamento e desenvolvimento do questionário de pesquisa, onde procurou-se compreender com maior consistência o serviço de bibliotecas inclusivas aos deficientes visuais.

Os questionários aplicados com os bibliotecários indexadores e com os usuários com deficiência visual mantiveram a característica de questões fechadas e direcionadas a análise da indexação e política de indexação no contexto da deficiência visual, os quais contemplam os objetivos que seguem:

Questionário para o bibliotecário (Anexo A): As questões apresentadas, delimitam-se em abordar o sujeito no que diz respeito ao seu fazer profissional, suas qualificações diante da deficiência visual, aspectos inerentes à indexação e política de indexação, a estrutura da biblioteca para o atendimento específico aos deficientes visuais e de que forma o usuário com deficiência visual participa ou não destes procedimentos. Abaixo segue as questões aplicadas:

1. Na sua prática profissional, você se considera preparado(a) para lidar com usuários deficientes visuais?
2. Para a especificidade da deficiência visual, você possui alguma formação continuada que te qualifique diante deste perfil de usuário?
3. A biblioteca possui estrutura (desde o atendimento, até instalações físicas) para disseminar a informação para esses usuários?
4. A biblioteca possui tecnologia assistiva que favoreça a autonomia de usuários deficientes visuais no uso de produtos e serviços informacionais?
5. Ao fazer a escolha dos termos para a indexação, você considera as consultas por assunto feitas por estes usuários?
6. Existe alguma forma de avaliação da indexação?
7. O usuário deficiente visual participa dessa avaliação?

8. A instituição possui uma política de indexação? (Se não, passe para a questão 12)
9. A política de indexação está regulamentada em um documento?
10. A política de indexação vigente corresponde com as suas necessidades profissionais?
11. A política de indexação contempla usuários deficientes visuais?
12. Descreva o processo de indexação de materiais específicos para deficientes visuais

Questionário para o usuário (Anexo B): O questionário final destinado aos usuários versou em verificar como deficientes visuais realizam as buscas por assunto nos sistemas de recuperação de informação disponível nas bibliotecas participantes, bem como identificar, através das observações desses sujeitos, se os bibliotecários possuem algum preparo para lidarem com as especificidades da deficiência e se a biblioteca está apta para atender esses usuários. Abaixo seguem as questões aplicadas:

1. Você considera que os profissionais estão preparados para o atendimento de distintos perfis de usuários, incluindo também os deficientes visuais?
2. Os serviços e produtos da biblioteca são adaptados para usuários com deficiência visual, de modo que você tenha autonomia na localização da informação desejada?
3. Você tem conhecimento dos materiais em Braille existentes no acervo?
4. Você realiza busca por assunto para localizar/recuperar materiais em Braille?
5. Os materiais localizados mediante busca por assunto no sistema da biblioteca atendem as suas necessidades?

A seção seguinte contempla a discussão dos resultados a partir da aplicação do questionário.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados apresentados nesta seção referem-se à aplicação de questionários com bibliotecários indexadores e usuários com deficiência visual. O questionário desenvolveu-se a fim de identificar instituições, usuários e profissionais envolvidos no que diz respeito à realidade de bibliotecas que abordam as questões da deficiência visual, sejam essas localizadas tanto no Brasil quanto em Portugal.

Destaca-se, contudo, que as discussões acerca da acessibilidade em bibliotecas, assim como a gestão e o tratamento da informação em bibliotecas acessíveis ainda são incipientes (VITORINI, 2015), aspecto que dificultou uma análise mais verticalizada dos resultados obtidos com a pesquisa empírica. Todavia, acredita-se que as discussões apresentadas a seguir consolidam-se como base para o avanço da questão na Ciência da Informação, especificamente no que se refere a realidade de usuários e profissionais integrantes deste tipo de biblioteca e que estão envolvidos com a indexação de assuntos.

É relevante destacar que o uso deste instrumento de pesquisa também avaliou a qualidade dos serviços prestados nas bibliotecas, bem como a realidade de cada profissional e cada usuário. A aplicação deste instrumento foi significativa, uma vez que permitiu notar as expectativas de cada sujeito diante da realidade da biblioteca inclusiva. Em sua especificidade, cada questionário contemplou um perfil de sujeito e todos foram aplicados eletronicamente a cada membro investigado.

Para a análise qualitativa dos dados coletados, considerou-se uma subdivisão em categorias de análise, as quais abarcam os principais aspectos de interesse da pesquisa, quais sejam:

Categoria 1: O profissional

Categoria 2: A biblioteca enquanto instituição

Categoria 3: Indexação

Categoria 4: Política de indexação

De modo complementar, realizou-se uma análise descritiva simples para a interpretação das respostas obtidas. As questões mantiveram-se disponíveis para serem respondidas ou não, de modo que não houvesse nenhum constrangimento por parte dos membros participantes caso não desejassem responder determinada

pergunta. A seguir, delimita-se, a partir das categorias de análise, os resultados obtidos de acordo com a comunidade retratada. Ademais, os 19 sujeitos participantes serão preservados com o propósito de respeitar a prática dos profissionais e os processos internos de cada biblioteca. Entre as instituições participantes, algumas destinam-se somente ao atendimento dos usuários deficientes visuais, enquanto outras possuem dentro da biblioteca um setor específico para o atendimento desses usuários.

4.1 Questionário aplicado ao bibliotecário

Categoria 1: O profissional

Na primeira categoria de análise proposta, desenvolveu-se discussões acerca das experiências e vivências do profissional bibliotecário.

A primeira questão proposta nesta categoria, indaga ao bibliotecário se ele considera estar inteiramente preparado para lidar com usuários com deficiência visual. Para essa alternativa foi possível identificar que de acordo com as respostas obtidas pelos bibliotecários indexadores treze deles não se consideram preparados para lidarem com a questão de usuários com deficiência visual, enquanto apenas seis sujeitos se consideram aptos para tal fazer.

Dando continuidade às discussões inerentes a essa categoria, a segunda questão discorre se o profissional possui alguma formação continuada que lhe qualifique diante deste perfil de usuário. As respostas obtidas destacam que entre as seis instituições que se prontificaram a responder, apenas um profissional declara possuir formação continuada de modo que esteja apto para o atendimento aos usuários deficientes visuais. Já os profissionais das cinco bibliotecas restantes declararam que não possuem essa formação.

Conforme afirma Valentim (1998, p. 114) “é necessário expressar a importância da formação, bem como da atualização continuada do profissional, para que ele seja e esteja no novo paradigma da informação”. Portanto, a educação continuada permite ao bibliotecário adquirir o aperfeiçoamento na sua prática profissional, dispondo de novos conhecimentos e especializando-se na área, de modo que seja capaz contemplar não somente um perfil de usuários, mas distintos sujeitos, independente das suas condições físicas, sociais, intelectuais.

Categoria 2: A biblioteca enquanto instituição

Para a segunda categoria de análise que aponta a biblioteca enquanto instituição, são consideradas a terceira e a quarta questões propostas no questionário.

Na terceira questão foi abordado se a biblioteca possui total estrutura (desde o atendimento até as instalações físicas) para disseminar a informação aos usuários deficientes visuais. Para essa alternativa, identificou-se dezenove respostas das instituições participantes, onde treze delas não possuem um preparo adequado para suprir as necessidades informacionais dos sujeitos nesta condição, enquanto apenas seis bibliotecas se consideram adequadamente preparadas para lidarem com esta particularidade de usuários.

A quarta alternativa disserta sobre a questão da tecnologia assistiva, de modo que favoreça a autonomia aos usuários deficientes visuais no uso de produtos e serviços informacionais. Para tanto, entre as seis instituições que apontaram sua realidade profissional cinco instituições relatam que possuem essa infraestrutura, enquanto apenas uma instituição enfatiza não possuir essa autonomia no aspecto da tecnologia assistiva.

Ofertar as PDV a possibilidade de uma tecnologia assistiva é contribuir, ampliar e proporcionar diretamente a esses sujeitos uma vida independente. Cabe ao bibliotecário, neste contexto, possuir conhecimento sobre a existência desses recursos bem como um nível de compreensão sobre as necessidades dos usuários de modo que seja sempre capaz adaptar a biblioteca e seus serviços diante da deficiência.

Categoria 3: Indexação

A terceira categoria de análise avalia se as instituições participantes realizam os processos inerentes à indexação de assuntos, considerando também a realidade dos usuários deficientes visuais. Tem-se que a indexação é uma operação do Tratamento Temático da Informação que se destina à extração de termos para melhor representação de um determinado documento.

Deste modo, a quinta pergunta apresentada, questiona aos profissionais, se no ato de fazerem a escolha dos termos para a indexação, estes consideram as consultas

por assuntos feita pelos usuários deficientes visuais. De acordo com os dados compilados, cinco bibliotecas apontam fazer a escolha dos termos para indexação considerando este perfil de usuário, enquanto uma instituição relata não fazer a escolha dos termos, considerando as possíveis consultas por assunto.

Na alternativa seis, indagou-se aos bibliotecários se há a existência de alguma avaliação da indexação ou prática similar na instituição. Deste modo, quatro instituições apontaram não possuir nenhuma forma de avaliação da indexação, enquanto apenas duas bibliotecas relatam que avaliam a consistência da indexação, com vistas à qualidade dos produtos e serviços informacionais gerados.

Em sequência na alternativa sete, foi questionado às bibliotecas se os usuários deficientes visuais participam da avaliação do processo de indexação. Identificou-se que em cinco bibliotecas os usuários não participam dessa avaliação enquanto uma biblioteca destaca incluir o usuário neste processo.

As questões inerentes a esta categoria de análise, evidenciam a premência de se consolidar nas bibliotecas procedimentos que sejam facilitadores tanto para a recuperação da informação destes usuários quanto para a prática do bibliotecário. Nas visitas as bibliotecas e na interação com os membros participantes da pesquisa, notou-se ausência de especificidade no que diz respeito a indexação destinada aos deficientes visuais. É importante considerar ainda sobre a questão dos usuários cegos, a necessidade das bibliotecas em realizar uma política de indexação que padronize linguagens e que considere o perfil de todos os seus usuários, indistintamente, inserindo assim sujeitos parcialmente os totalmente deficientes visuais. Outra questão relevante a se considerar é que haja após a fundamentação de uma diretriz para a indexação, um estímulo para esses sujeitos, no que diz respeito a busca por assunto de modo que a representação temática e os resultados nas buscas sejam mais efetivos e destaquem as reais dificuldades das pessoas com deficiência visual nas bibliotecas.

Categoria 4: Política de indexação

No quarto bloco delimitou-se as questões inerentes à política de indexação nas bibliotecas participantes deste estudo. Nesse contexto, a relevância da política de indexação pode ser apontada da seguinte maneira: “[...] a adoção de uma Política de Indexação torna-se imprescindível, pois ela será norteadora de princípios e critérios

que servirão de guia na tomada de decisões para a otimização do serviço e da racionalização dos processos.” (FUJITA, 2012, p. 17).

Deste modo, a questão oito dissertada na categoria política de indexação, indaga se a instituição possui uma política de indexação vigente. Para tanto, identificou-se que dez bibliotecas afirmam possuir uma política de indexação, enquanto nove bibliotecas relatam a inexistência de diretrizes que direcionem sua prática profissional, neste aspecto.

A alternativa nove, propunha indagar se a política de indexação se encontra regulamentada em algum documento. Diante das bibliotecas participantes, quatro afirmaram que possuem uma política regimentada, enquanto que em duas instituições participantes a política de indexação não está regulamentada. Sobre a sistematização e relevância da indexação, bem como da política de indexação, Fujita, Boccato e Rubi (2010, p. 33) apontam que:

O desafio maior, portanto, não é o da aceitação do catalogador pela introdução da indexação em sua rotina de trabalho. A questão que fica pendente em torno da proposta são as condições de trabalho a serem adequadas em função da necessidade de incluir a indexação na catalogação que, a nosso ver, estão atreladas à discussão de uma política de indexação para bibliotecas que conduza decisões administrativas promotoras de mudanças em função da qualidade e especificidade da recuperação dos catálogos.

Em continuidade, a décima questão questionava às instituições se a política de indexação vigente corresponde as necessidades dos profissionais. Oito bibliotecários posicionaram-se positivamente diante da política de indexação enquanto onze sujeitos participantes afirmaram que a política de indexação estabelecida não comporta as suas necessidades profissionais. Em contato direto com os profissionais, alguns membros participantes apontaram a existência de uma catalogação centralizada como um processo benéfico de padronização em rede, entretanto foi identificado que os profissionais que executam tais tarefas não são especificamente os que convivem com indivíduos deficientes visuais, portanto, nem sempre o que é fundamentado na política retrata a necessidade real desses indivíduos.

Para a última questão desta categoria de análise, o foco deu-se em compreender se a política de indexação estabelecida contempla sem distinção os usuários deficientes visuais. Assim, identificou-se que dezesseis instituições relatam não incluir este perfil específico de usuário na política, ao passo que somente três bibliotecas destacam a inclusão dos usuários deficientes visuais neste documento, em particular.

A décima segunda questão, refere-se à última apresentada no questionário aplicado ao bibliotecário. Nesta, foi solicitado que o profissional realizasse a descrição do processo de indexação de materiais específicos para deficientes visuais. Dentre as bibliotecas analisadas, foi possível notar que as que se destinam aos deficientes visuais atentam-se mais especificamente a esses usuários, priorizando suas necessidades e considerando na indexação, meios que sejam auxiliares, embora relatem a dificuldade na sistematização deste processo as PCDs e a inexistência de uma indexação e de política de indexação focada a este tipo de usuário.

Já as bibliotecas que possuem somente um setor acessível, retratam não aplicar um procedimento diferenciado entre os usuários cegos e os não cegos. Também não há um tratamento específico de catalogação, classificação e indexação aos documentos que se destinam aos deficientes visuais. Em relatos, alguns profissionais indicam estes fatores como a falta de preparo para lidarem com as questões de acessibilidade, inclusão e deficiência visual. Na opinião dos sujeitos participantes, esta lacuna ocorreu na graduação e se estendeu na vida profissional, em que, apesar de atuarem em bibliotecas com acervo destinado ao usuário com deficiência visual, nunca receberam treinamentos específicos. Apontamentos sobre a inexistência de discussões mais consistentes na área sobre o viés dessa temática, pouca literatura nesse contexto, bem como a carência de cursos e ou especializações que abordem a deficiência visual também foram aspectos destacados pelos sujeitos participantes como pontos de fragilidade e/ou atenção a ser dada pela área.

Sobre a queixa dos profissionais no que diz respeito aos currículos de Biblioteconomia, Fujino (2004, 25-26) apud Margarida (2014, p. 58) apontam que:

Há uma significância para que o bibliotecário seja um sujeito capaz de prever e solucionar os problemas que possam afetar o usuário de forma criativa e eficaz. Para tanto, sugere-se a inserção de disciplinas que permitem ao profissional da informação desenvolver habilidades para compreender as demandas e necessidades de seus usuários, além de aprender metodologias para desenvolvimento destas atividades, como saber analisar os com textos institucionais em que atuam ou poderão vir a atuar, e identificando, questões de linguagem e capacidade para avaliar produtos e serviços de informação.

O quadro a seguir mostra as referidas categorias apresentadas e os seus resultados de acordo com as bibliotecas participantes:

Quadro 3. Questionário aplicado ao bibliotecário

Categorias	Resultados Brasil	Resultados Portugal
Categoria 1: O profissional	Os profissionais participantes relataram que não possuem preparo frente aos usuários cegos e apenas um profissional destaca possuir uma formação continuada que lhe qualifique diante desses sujeitos, enquanto os demais posicionam-se negativamente frente a essa questão.	Os quatro profissionais participantes relataram que não possuem preparo para lidarem com a particularidade dos usuários com deficiência visual e dois profissionais apontaram não possuírem formação continuada frente aos usuários deficientes visuais.
Categoria 2: A biblioteca enquanto instituição	Nesta categoria, os profissionais enfatizam, em sua grande maioria que as bibliotecas participantes não possuem um preparo a PCD. No que aborda a tecnologia assistiva, as bibliotecas brasileiras participantes enfatizam que não possuem tal preparo.	Na questão que compete sobre a estrutura da biblioteca para disseminar a informação aos usuários deficientes visuais, diagnosticou-se que apenas um bibliotecário considera que a instituição possui preparo para as PCD enquanto os demais participantes apontam não estarem preparados. Sobre a tecnologia assistiva, um profissional considera que a instituição possui tecnologia assistiva adequada aos usuários cegos enquanto outro profissional retrata a inexistência
Categoria 3: Indexação	As bibliotecas brasileiras apontaram que fazem a escolha dos termos para indexação, considerando as necessidades dos usuários deficientes visuais. Quanto a avaliação da indexação, quatro instituições apontaram não possuírem nenhuma forma de avaliação enquanto duas apontaram que avaliam a consistência da indexação. Para as bibliotecas que avaliam a indexação, apenas uma considera que a participação do usuário deficiente visual.	Neste bloco, os bibliotecários relataram não considerar no ato de fazerem a escolha dos termos para a indexação, as consultas por assuntos feitas pelos usuários deficientes visuais e não possuir na instituição uma avaliação da indexação com vistas à qualidade dos produtos e serviços informacionais gerados e, afirmam também, que os usuários deficientes visuais não participam da avaliação do processo de indexação.
Categoria 4: Política de indexação	Nesta categoria, metade das bibliotecas apresentaram que possuem uma política de indexação vigente enquanto metade salienta a inexistência dessa política. Quatro bibliotecas afirmaram possuir uma regulamentação da política de indexação, enquanto duas apontaram não fazerem uso da política. Deste modo, foi possível obter um posicionamento compreendendo se a política vigente corresponde as necessidades dos profissionais. Em grande maioria, os profissionais salientam que a diretriz estabelecida não comporta suas necessidades além de compreenderem que a política de indexação estabelecida nas bibliotecas brasileiras não se fundamentam considerando os	Frente a Política de Indexação, uma biblioteca demonstrou-se regulamentada enquanto as demais não possuem nenhum documento que padronize o processo. O profissional participante que se utiliza de uma política destacou que esta corresponde as suas necessidades profissionais. Para a última questão, o foco deu-se em compreender que a política de indexação estabelecida não contempla os usuários deficientes visuais

	usuários deficientes visuais. Dentre todas as bibliotecas que se prontificaram ao questionário, apenas três destacam a inclusão dos usuários deficientes visuais neste documento.	
--	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Fonte: Síntese dos resultados (elaborado pela autora)

4.2 Questionário aplicado ao usuário

Categoria 1: O profissional

Nesta categoria de análise, foi possível identificar segundo as observações dos usuários como se dá a prática do profissional diante do atendimento, do contexto e dos serviços oferecidos aos usuários PCD. Sendo assim, os dados serão analisados tendo apenas como base a realidade dos indivíduos. Para a primeira questão que compete ao bloco um, buscou-se identificar se o usuário considera o profissional que lhe atende e desempenha as funções da biblioteca preparado para lidar com distintos perfis de usuários, incluindo também os deficientes visuais. Para essa alternativa, as respostas propostas demonstraram-se como sim, não e parcialmente preparados. Como resultado, obteve-se uma participação de oito bibliotecas, onde sete usuários apontaram que identificam os profissionais preparados para este atendimento enquanto um usuário relatou identificar o bibliotecário como parcialmente preparado para os usuários deficientes visuais.

Uma lacuna diagnosticada em uma biblioteca participante dessa fase da pesquisa, deu-se no aspecto de que não há um bibliotecário que represente a instituição, há apenas um professor readaptado que atenda aos usuários, de modo que, os processos realizados não são desenvolvidos conforme compreende-se na Biblioteconomia e Ciência da Informação.

Categoria 2: A biblioteca enquanto instituição

Na categoria “a biblioteca enquanto instituição” duas questões foram inseridas e os dados coletados de acordo com as ponderações dos usuários.

A segunda alternativa indagava ao usuário se ele considerava os produtos e serviços da biblioteca adaptados aos deficientes visuais, de modo que permita ao indivíduo ter autonomia na localização da informação desejada. Foi possível identificar

que dentre os oito usuários participantes cinco consideram-se autônomos para localizar a informação desejada enquanto três indivíduos não consideram os produtos e serviços da biblioteca adaptados de modo que lhes permitam a autonomia.

Para a terceira pergunta e também inerente a segunda categoria de análise, verificou-se com o usuário se este possui conhecimento dos materiais em Braille existentes e disponibilizados no acervo. Conforme obtido, todos os usuários relatam ter compreensão quanto esse serviço na biblioteca. É significativo pontuar que para esta questão, sete usuários se prontificaram a participação.

Categoria 3: Indexação

A terceira categoria de análise fundamenta-se com base nas questões quatro e cinco do questionário aplicado ao usuário. Nesta, foi possível uma aproximação do processo de indexação na biblioteca e de que modo o usuário realiza a busca por assunto na biblioteca.

A questão quatro discorreu-se do seguinte modo: Você realiza busca por assunto para localizar/recuperar materiais em Braille? Nesta, os oito usuários envolvidos se dispuseram a participar e seis deles declararam não desenvolver uma busca por assunto enquanto dois realizam essa busca por assunto.

Já a quinta e última questão aplicada questionava se os materiais localizados mediante a busca por assunto no sistema da biblioteca atendem a necessidade dos usuários deficientes visuais. Conforme os dados coletados, quatro usuários declararam que os itens recuperados suprem suas necessidades enquanto dois apontam que algumas vezes suas necessidades são atendidas e, por fim, dois usuários apontam que raramente suas necessidades são sanadas considerando que os materiais localizados não são tão relevantes.

A seguir aponta-se através do quadro, os resultados obtidos realizando um comparativo entre as bibliotecas do Brasil e de Portugal:

Quadro 4 Questionário aplicado ao usuário

Categorias	Resultados Brasil	Resultados Portugal
Categoria 1: O profissional	Identificou-se satisfação no atendimento prestado aos usuários, entretanto há também um índice de insatisfação devido à ausência do profissional bibliotecário nas instituições participantes.	Identificou-se um preparo parcial do bibliotecário frente aos usuários deficientes visuais.
Categoria 2: A biblioteca enquanto instituição	Os produtos e serviços disponibilizados são vistos como parcialmente adaptados para a busca e localização da informação. Os usuários apontaram total conhecimento dos materiais em Braille existentes no acervo.	Os usuários apontaram que os produtos e serviços da biblioteca nem sempre são adaptados diante das suas necessidades.
Categoria 3: Indexação	Em grande maioria, não realizam busca por assunto para localizar e recuperar a informação. Quanto aos materiais recuperados, identificou-se que três usuários se encontram satisfeitos com os itens obtidos, enquanto dois apontam que algumas vezes suas necessidades são atendidas e dois usuários retratam que raramente suas necessidades são satisfeitas pela instituição.	Os usuários apontam que realizam a busca por assunto e que essa busca corresponde satisfatoriamente as suas necessidades informacionais.

Fonte: Síntese dos resultados (elaborado pela autora)

4.3 Critérios na elaboração da Política de Indexação

De acordo com as informações obtidas tanto na aplicação do questionário com o bibliotecário quanto com o usuário, nota-se a necessidade de se propor discussões iniciais para uma política de indexação destinada as bibliotecas acessíveis aos usuários deficientes visuais.

É significativo salientar que “a política de Indexação é uma demanda nascida da necessidade de um meio entre sistema e usuário, que para sua construção e utilização, requer um planejamento rebuscado que leve sempre o usuário em primeiro lugar”. (BRITO; ARAUJO *et al*, 2018, p. 68)

Para tanto, torna-se essencial pontuar as relações humanas atuantes nesse contexto, as necessidades efetivas dos usuários, a compreensão do bibliotecário acerca da prática cotidiana da sua profissão e do contexto que se insere, bem como a realidade da biblioteca tendo em vista suas praticidades e dificuldades no que diz respeito a deficiência visual, pois uma política de indexação deve refletir um conjunto

de ideias e valores dos sujeitos que dela se utilizam. Rubi (2009) destaca que a elaboração da política de indexação comporta-se em três fases: preparação, desenvolvimento e avaliação.

Segundo Carneiro (1985) entende-se que a idealização da política também deve considerar significativamente alguns elementos, tais como: “cobertura de assuntos, seleção e aquisição de documentos, o processo de indexação (níveis de exaustividade e especificidade, capacidade de revocação e precisão, linguagem), estratégia de busca, forma de saída, tempo de resposta do sistema, avaliação do sistema.”

Deste modo, compreende-se para essa proposta os critérios substanciais para a fundamentação da política de indexação propostos por Carneiro (1985), bem como as diretrizes versadas por Rubi (2009).

Segundo a literatura abordada e apontando brevemente os elementos possíveis para essa formulação, tem-se para a **preparação**, a necessidade de sistematizar um estudo de usuário onde seja possível compreender o público alvo, seu processo de busca e as formas de busca da pessoa com deficiência visual. Também é preciso identificar os assuntos que estes pesquisam seus interesses, além de considerar seu grau de escolaridade e formação, pois esses critérios podem ser vistos de modo auxiliador para a compreensão do nível de indexação bem como na seleção e aquisição dos documentos.

Tendo a particularidade deste usuário, como a deficiência visual, é importante considerar como este prefere desenvolver seus meios de busca: se prefere realizá-la de forma autônoma ou se necessita do auxílio do profissional, que deve estar inteiramente disposto para o atendimento e auxílio à pesquisa dos usuários cegos seja ela desenvolvida por um catálogo com software de leitores de voz ou através de um catálogo manual possibilitando também a leitura em Braille. Ademais, as características e os objetivos da instituição como sua missão, visão e valores também devem estar identificados, sendo assim possível elencar os pontos iniciais para a fundamentação da política.

A prática do bibliotecário, suas competências e habilidades enquanto indexador devem ser colocadas em pauta, pensando que esse profissional será quem permeará a escolha dos termos para a representação de um determinado documento e possibilitará a recuperação da informação ao usuário deficiente visual. Faz-se de extrema relevância considerar o domínio do bibliotecário no contexto dos usuários

cegos, seu aprimoramento profissional e especializações destinadas ao trato com este perfil específico de público. Portanto, Carneiro (1985) salienta a necessidade de se realizar inicialmente uma identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação, a identificação da clientela a quem se destina o sistema e os recursos humanos, materiais e financeiros utilizados para este fim, como propostos acima.

No que tange ao **desenvolvimento** é importante que se adapte os assuntos no momento da sua representação de acordo que atenda determinada comunidade usuária. Propor diferentes representações seja em Braille ou áudio de um único documento como forma de atender a particularidades dos usuários deficientes visuais faz-se como um ponto a ser considerado e que sustenta esse determinado perfil de usuário.

Para a proposta da política que se destine especificamente aos usuários deficientes visuais, utilizar-se a partindo dos elementos que seguem:

Para a cobertura de assuntos compreende-se como a identificação das áreas de assunto a serem indexadas a níveis gerais e periféricos em um determinado documento, ou seja, as áreas que necessitam de um tratamento aprofundado até as áreas a serem superficialmente tratadas.

Por ter-se bibliotecas específicas a um perfil de usuário, mas com a abordagem do seu conteúdo relacionada a distintas áreas do conhecimento, o nível de exaustividade da indexação se faz relevante, de modo que seja possível extrair do documento o maior número de termos de modo a contribuir para a representação de forma mais efetiva. É importante salientar que o foco da representação temática deve estar diretamente relacionado as necessidades informacionais do público-alvo de cada instituição, neste caso, meios de buscas e auxílios de tecnologia assistiva que sejam pensadas no propósito dos deficientes visuais. Então, a exaustividade da indexação é compreendida por ser a capacidade de extensão da abordagem dos diferentes temas de um documento, identificados e traduzidos pelo indexador. “A capacidade de recuperar o documento nos permite entender que um alto nível de exaustividade, proporciona um alto nível de revocação, que se caracteriza sendo “(...) a capacidade do sistema para recuperar documentos relevantes em uma busca, em relação ao total de documentos recuperados. É a capacidade de reter o relevante.” (Maturana, 1992, p. 84, tradução nossa *apud* Guimarães; Evangelista, p.3).

A especificidade, identifica-se como “o grau de precisão com que um termo define determinado conceito no documento. Ocorre perda de especificidade quando um conceito é representado por um termo com significado mais genérico”. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p. 3). Por considerar que no universo da deficiência visual nem sempre há a existência de bibliotecas e profissionais especializados a particularidade destes usuários, mas comumente um setor que atenda esses sujeitos dentro das bibliotecas, sugere-se para a fundamentação inicial de diretrizes para a política de indexação aos usuários deficientes visuais um menor nível de especificidade, considerando que: a especificidade pode afetar negativamente o sistema quando o usuário prefere uma busca geral, no caso de equipamentos que podem ser representados genericamente. Em relação ao peso dado ao conceito, se o indexador considerar que uma ideia não está completamente desenvolvida, também pode realizar uma indexação em nível geral. SOUSA; FUJITA (2014)

Também é relevante apontar que nem sempre as buscas realizadas por esses usuários abordarão questões voltadas somente à temática da acessibilidade. O propósito das discussões que seguem fundamentam-se em proporcionar meios para que esses indivíduos sejam inicialmente inseridos socialmente no contexto das bibliotecas, de modo que lhes seja cabível todo e qualquer tipo de recuperação da informação.

Por fim, a escolha da linguagem propõe analisar se a linguagem utilizada apresenta-se de acordo com o sistema de informação e com os usuários, podendo a linguagem ser livre ou controlada, pré-coordenada ou pós-coordenada. Já a revocação destina-se a recuperar documentos úteis, enquanto a precisão destina-se a evitar a recuperação dos documentos considerados desnecessários (Carneiro, 1985). Sendo assim, compreende-se que: “Quanto maior a especificidade, menor a revocação e maior a precisão. Portanto, a menor especificidade, gera uma maior revocação e menor precisão. Já na exaustividade, quanto maior, gera maior revocação e menor precisão. Sendo menos exaustiva, tem-se maior precisão e menor revocação (LANCASTER, 2004)” apud BRITO; ARAUJO *et al*, 2018

No que enfatiza o elemento estratégia de busca, essa pode ser apontada diretamente pelo usuário ou pelo profissional. É significativo que o bibliotecário esteja inteiramente preparado para auxiliar todos os usuários sem distinção, e para este

caso, os deficientes visuais, se por convenção seja de interesse e necessidade deste usuário uma busca delegada.

O critério de resposta do sistema para as propostas iniciais do que possa consolidar-se futuramente como uma Política de indexação aos deficientes visuais demarca o retorno de um sistema no momento do pedido das informações e recuperação, ao passo que a forma de saída apresenta as informações recuperadas no sistema.

Por fim, para **avaliação**, considera-se relevante a participação dos usuários deficientes visuais nesse contexto, de modo que seja cabível que apontem aos profissionais os pontos de melhorias para sistematização de uma política efetiva aos indivíduos cegos que se utilizam da biblioteca. No ato do desenvolvimento até a avaliação a política de indexação poderá ser modificada, tendo como viés que as melhorias e solicitações podem advir tanto da instituição quanto da comunidade usuária

Acredita-se que os resultados oriundos do desenvolvimento de uma política de indexação para bibliotecas contribuirão para que o bibliotecário indexador adote melhores práticas em seu trabalho e qualificará a recuperação da informação

Para tanto, a indexação deve ser realizada focando o objetivo de cada biblioteca e a peculiaridade dos usuários cegos. Sendo assim, indica-se uma política de indexação pensada na particularidade da instituição destinada aos cegos e não formulada considerando uma rede de bibliotecas.

Deste modo, nota-se que uma política de indexação permite aos bibliotecários uma abrangente visão da sua realidade o que reflete na sua atuação e acarreta numa maior visibilidade do usuário frente a biblioteca, pois proporciona mudanças e novas ações frente aos desafios do dia-a-dia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste momento, apresentam-se as considerações finais segundo os objetivos estabelecidos na pesquisa, considerando as questões inerentes a prática do profissional bibliotecário, diante da análise sociocultural da indexação, política de indexação e a deficiência visual nas bibliotecas.

Para as reflexões finais deste estudo após os dados coletados nas bibliotecas participantes, foi possível realizar um comparativo entre as instituições brasileiras e portuguesas de modo a se obter uma aproximação diante da realidade dos bibliotecários na sua atuação profissional, das bibliotecas acessíveis aos deficientes visuais bem como dos usuários.

Para a coleta dos dados de pesquisa, utilizou-se da aplicação do questionário. Neste primeiro momento, destinou-se as perguntas aos bibliotecários através das plataformas online e os resultados obtidos consolidaram partindo disso. Para uma segunda instância, com o propósito de obter maior aproximação da pesquisadora com a realidade dos usuários, a aplicação do questionário fez-se presencialmente, considerando a praticidade deste método para a participação dos deficientes visuais e para a sistematização da coleta dos dados. Sendo assim, foi possível identificar com maior detalhamento as experiências vivenciadas para busca e recuperação da informação da pessoa com deficiência (PCD) nas bibliotecas.

Considerando a vantagem na adoção da coleta de dados por intermédio do questionário, essa fez-se por permitir além da aplicabilidade das perguntas o desenvolvimento de uma pesquisa de campo junto aos usuários cegos da instituição portuguesa quanto brasileira.

O aspecto tido como desvantagem ocorreu por se obter um pequeno retorno por parte dos usuários no aspecto dos questionários de pesquisa, tanto nas instituições portuguesas quanto nas instituições brasileiras. Acredita-se que tal fato se deu considerando que o trabalho inerente a acessibilidade e primordialmente a deficiência visual em bibliotecas faz-se com dificuldades para fundamentação e sua padronização. Portanto, foi possível identificar também um desconforto por parte de algumas bibliotecas e, sendo assim, a recusa dos sujeitos em participarem do questionário de pesquisa.

Inicialmente, a proposta do estudo consistia apenas na observação do ambiente e um aprofundamento na prática profissional, entretanto inseriu-se a necessidade de detalhar também as necessidades dos usuários, com a intenção de se obter maior compreensão diante do universo da deficiência visual e diagnosticou-se por parte dos usuários a existência de inúmeras barreiras que partem inicialmente da sua locomoção até as bibliotecas e dificultam assim não somente o seu acesso a informação, mas também a praticidade no seu direito de ir e vir.

Diante das bibliotecas participantes considerando algumas particularidades, tem-se que uma das instituições brasileiras localizadas no Estado de São Paulo, enfatiza que todo processamento técnico é regido por uma central da rede de bibliotecas (Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas de São Paulo), de modo que seja possível a proposta (e a tentativa) de uma diretriz para consolidação dos procedimentos inerentes a catalogação, classificação e indexação. Sendo assim, acredita-se que os dados obtidos em uma instituição pública de São Paulo, refere-se ao processo adotado em mais cinco bibliotecas participantes desta pesquisa, onde também se destinou o questionário.

Já uma biblioteca de caráter universitário também participante desse estudo, desenvolve seus procedimentos em rede e totaliza com mais cinquenta e cinco centros de informação. Nas instituições onde há um setor destinado aos deficientes visuais, os processos adotados são os mesmos. Para as demais instituições onde coletou-se os dados os processos são desenvolvidos individualmente, sem interação de uma rede de bibliotecas.

Na singularidade das bibliotecas participantes localizadas em Portugal, no que diz respeito ao acesso do usuário, notou-se na aplicabilidade do questionário, bem como na visita a instituição que também há dificuldades para que o indivíduo esteja presencialmente na biblioteca, entretanto, para esta instituição os materiais são solicitados via e-mail ou telefonema e encaminhado via correspondência ao indivíduo. Considerou-se de modo significativo que nesta biblioteca, a bibliotecária possuía uma deficiência visual, de modo que compreendia plenamente a necessidade dos usuários, considerando também as suas necessidades não só como profissional, mas também como indivíduo e usuária.

Realizando um comparativo entre os dados coletados nas bibliotecas localizadas em Portugal e no Brasil, nota-se a divergência em alguns aspectos e convergência em outras situações. No aspecto dos bibliotecários em considerarem suas habilidades

diante da deficiência visual, identificou-se pouco preparo para lidarem com esses usuários e a necessidade de maior fortalecimento no que se refere a formação continuada. No que diz respeito as bibliotecas, diagnosticou-se que os ambientes são estruturados as PCD, entretanto possuem parcialmente elementos de tecnologia assistiva.

Dando continuidade nos resultados obtidos diante dos elementos da indexação e política de indexação, observou-se que nem todas desempenham essas funções considerando os deficientes visuais. As bibliotecas brasileiras apontaram considerar parcialmente as consultas realizadas pelos usuários cegos para posterior recuperação da informação e também os elementos de avaliação da indexação. Sobre os usuários deficientes visuais, identificou-se que é incomum sua participação nestes processos acima mencionados. Já as bibliotecas portuguesas também não consideram as consultas dos usuários para indexação, entretanto realizam uma avaliação da indexação, mas estas não contam com a participação do usuário para avaliação.

Para a finalização dos dados obtidos, notou-se que no Brasil nem todas instituições adotam e regulamentam a política de indexação. Portanto, identifica-se que se a política não contempla a biblioteca e todos os usuários, evidentemente não atenderá também as necessidades dos usuários deficientes visuais, tendo em vista que as discussões e abordagens inerentes a este perfil de indivíduos mostra-se com pouca abordagem, mas plenamente necessária de fundamentação.

Nas instituições portuguesas nota-se que não são todas as instituições que possuem uma política de indexação vigente, essa política também não se faz plenamente regulamentada e não se inclui as considerações dos usuários deficientes visuais para sistematização desse elemento. Deste modo, a política de indexação existente corresponde parcialmente a necessidade dos profissionais que dela se utilizam.

Ao observar na literatura o tema estudado, identificou-se a ausência de discussões que abarquem a pratica do bibliotecário no que tange a indexação e política de indexação no universo da deficiência visual. Aponta-se também que se faz necessário a perspectiva de novos estudos e de trabalhos para que se ampliem essas fundamentações.

Entretanto, há de se considerar que além da necessidade das teorias sobre a temática proposta, é de extrema responsabilidade dos profissionais da informação disseminarem e garantirem a inclusão e acessibilidade tanto em aspectos estruturais,

quanto em aspectos informacionais. Cabe ao bibliotecário atualizar-se, estar apto para lidar com as particularidades de cada sujeito e preocupar-se com a qualidade dos serviços prestados e sua disponibilização em diversos contextos. No que engloba o universo das PCD é sempre necessário ir além e desenvolver uma conscientização por parte de quem trabalha nas unidades de informação, de modo que seja capaz a construção de um pensamento mais inclusivo e que se demonstra primordialmente nas atitudes.

Por fim, através do estudo realizado, percebe-se fragilidades das instituições para atender aos usuários com deficiência visual. Elenca-se que os problemas a serem observados não se referem somente a estrutura física (como comumente mencionado) e ultrapassam as questões inerentes ao processo de indexação. Sendo assim, a necessidade de uma tecnologia assistiva mais adequada e primordialmente a capacitação do profissional demonstra-se como elementos essenciais. É necessário também que se tenha maior aproximação com o usuário, que suas reais necessidades sejam destacadas e sanadas de modo que seja possível um atendimento direcionado aos usuários cegos. Sugere-se as instituições o planejamento de ações para melhorias de modo que a acessibilidade possa ser efetivamente impulsionada e que haja, por consequência, fundamentações consistentes sobre a prática e a necessidade de elementos para a consolidação da indexação, de modo que seja possível ao usuário a posterior recuperação da informação. Entende-se que a sistematização desses elementos também acarreta na visibilidade das bibliotecas diante dos usuários, pois cumpre o seu objetivo fim de disseminação da informação. É necessário também que não se implemente somente as diretrizes para melhoria, mas que hajam métodos para avaliar a eficácia do que é proposto. Esse processo deve ser contínuo e cabível de alterações de acordo com as estratégias estabelecidas pelos bibliotecários e pela instituição.

Deste modo, propôs-se discussões iniciais para a sistematização de uma política de indexação, considerando que os usuários cegos não são contemplados nas instituições. Abordando este requisito, foi possível diagnosticar a necessidade de se propor a política, a primeiro passo, considerando os elementos de preparação, desenvolvimento e avaliação. Entende-se que propor diferentes representações seja em Braille ou áudio de um único documento como forma de atender a particularidades dos usuários deficientes visuais faz-se como um ponto a ser considerado e que sustenta esse determinado perfil de usuário. As características e objetivos da

instituição também devem ser contemplados, mas também há de se salientar a necessidade de um preparo adequado do profissional diante da especificidade desse usuário. Nas fundamentações que introduzem este estudo, tornou possível compreender a importância do nível de exaustividade e especificidade da indexação no contexto da deficiência visual e como uma avaliação dessa política de indexação junto aos usuários cegos poderá ser norteadora para o aperfeiçoamento de uma futura diretriz.

REFERENCIAS

ABNT. NBR 12676: **Métodos para análise de documentos**: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro, 1992, p. 1-4.

ALMEIDA, M. C. B. **Planejamento de bibliotecas e serviços de informação**. Brasília: Briquet de Lemos/ Livros, 2000.

ARAÚJO. C.A.A. Correntes teóricas da ciência da informação. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 38, n. 3, p.192-204, set./dez., 2009

BARITÉ, M. Organización del conocimiento: un nuevo marco teórico-conceptual en Bibliotecología y Documentación. In: CARRARA, K. (org.). **Educação, Universidade e Pesquisa**. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo: FAPESP, 2001. p.35-60

BARROS, D.S;SAORIM, R.N.S; RAMALHO, F.A. Necessidades informacionais e comportamento de busca da informação dos vereadores da câmara municipal de municipal de João Pessoa-Paraíba. **Informação & Sociedade**: Estudos, João Pessoa, v.18, n.3, p.171-184, set./dez. 2008

BARQUEIRO, R. R. M.; BARQUEIRO, A. C. A inclusão das pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho. In: SAMPAIO, Marcos Wilson et al. **Baixa visão e cegueira**: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2010. p. 481-494.

BRASIL. Lei n.13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 04 ago. 2018.

BRITO, A.K.P; ARAUJO, D.A. *et al.* Política de Indexação: Modelo de Elaboração. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia.**, João Pessoa, v.13, n.1., p.66-76, 2018

CONEGLIAN, A.L.O; CASARIN,H.C.S. Análise do comportamento informacional de pós-graduandos surdos. In: VIII ENANCIB – Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 3., 2007, Salvador, Bahia. Anais...Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/viiienancib/paper/viewFile/2874/2002>. Acesso em: 22 jan. 2018

CONEGLIAN, A.L.O; CASARIN, H.C.S. Deficientes como usuário da informação. In: CASARIN, H.C.S. (Ed.). *Usuários da Informação*. Brasília, DF: Thesaurus, 2014.

CARLAN, E. ; MEDEIROS, M.B.B. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. *RICI: R.Ibero-amer. Ci. Inf.*, Brasília, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez.2011.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da escola de Biblioteconomia da UFMG, Belo Horizonte*, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CHAUMIER, J. **Indexação**: Conceitos, etapas e instrumentos. *Revista brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 21, p. 63-79, jan./jun. 1988.

DAHLBERG, I. Current Trends in Knowledge Organization. In: GARCÍA MARCO, Fco. Javier (Ed.). **Organización del Conocimiento en sistemas de información y documentación**. Zaragoza: ISKO – España, 1995. p.7-25.

DAHLBERG, I. Knowledg Organization: its scope and possibilities. *Know. Org.*, v.20, n.4, p.211-22, 1993. ESTEBAN NAVARRO, M. A.; GARCÍA MARCO, F. J. Las primeras jornadas sobre organización del conocimiento: organización del conocimiento e información científica. *Scire*, v.1, n.1, p.149-157, ene./jun. 1995.

DAL EVEDOVE. **A perspectiva sóciocognitiva no tratamento temático da informação em bibliotecas universitárias**: aspectos inerentes a percepção profissional. 300f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2010.

DAL'EVEDOVE, P. R. **O tratamento temático da informação em abordagem sociocultural**: diretrizes de política de indexação em bibliotecas universitárias. 266 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2014.

DAL'EVEDOVE, P. R; FUJITA, M. S.L. A pesquisa sobre política de indexação no Brasil: avanços e desafios. *Scire*, v. 21, n. 2, 2015.

DIAS, E. W.; NAVES, M. M. L. *Análise de assunto: teoria e prática*. Brasília, DF: Thesaurus, 2007.

DUARTE, A.B.S.; ARAUJO, C.A.A.; PAULA, C.P.A. Práticas informacionais: Desafios teóricos e empíricos de pesquisa. **Informação em Pauta**, Fortaleza, v.2, número especial, p. 111-135, out. 2017

EVANGELISTA, I.V. **A exaustividade e a especificidade como valores éticos no processo de indexação**: aspectos conceituais e deontológicos. 2016.143f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – Marília, 2016

FIGUEIREDO, N.M.D. Estudo de usos e usuários da Informação. Brasília: IBICT, 1994

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. 2017. Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/estatisticas-da-deficiencia-visual/>>. Acesso em: 15 set. 2017

FUJITA, M. S. L. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 60-90, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/viewissue.php?id=1>>. Acesso em: 07 abril 2017.

FUJITA, M. S. L. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.5, n.4, ago. 2004. Disponível em: http://www.dgz.org.br/ago04/F_I_art.htm. Acesso em 07 out. 2017

FUJITA, M.S.L; BOCCATO, V.R.C; RUBI, M.P. O contexto da indexação para a catalogação de livros em abordagem sociocognitiva. **BJIS**, Marília, v.4, n.2, p.22-40, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/index>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

FUJITA, M.S.L; GIL LEIVA, I. (Ed.) Política de Indexação. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012

FUJITA, M.S.L. Política de indexação para bibliotecas: estudo de elaboração, implantação e avaliação com pesquisa-ação integral *in*: SIMÕES, M. G; & BORGES, M. M. (Eds.). *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do*

Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal – XIII Congresso ISKO Espanha, Universidade de Coimbra, 23 e 24 de novembro de 2017. Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX

GUIMARÃES, J.A.C. **Indexação em um contexto de novas tecnologias**. 2000. 10p. texto didático

GUIMARÃES, J. A. C. A análise documentária no âmbito do tratamento da informação: elementos históricos e conceituais. *In*: RODRIGUES, G. M.; LOPES, I. L. **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 100-117. (Estudos avançados em Ciência da Informação, 2003).

GUIMARÃES, J. A.C; PINHO, F. A.; FERREIRA, G M. Relações teóricas da organização do conhecimento com as abordagens de catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Scire**. v. 18, n.2. p.31-41, jul./dez. 2012.

GUIMARÃES, J.A.C. EVANGELISTA, I.V. *Referentes teóricos internacionais na temática exaustividade e especificidade na indexação: uma análise de domínio*. In **Desafíos y oportunidades de las Ciencias de la Información y la Documentación en la era digital: actas del VII Encuentro Ibérico EDICIC 2015** (Madrid, 16 y 17 de noviembre de 2015). Universidad Complutense de Madrid, Madrid.

GUINCHAT, C.;MENOU,M. **Introdução geral as Ciências e técnicas da informação e documentação**. 2.ed. Brasília: IBICT, 1994

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HJØRLAND, Birger. What is Knowledge Organization (KO)? **Knowledge Organization**, Frankfurt, v. 35, n. 2/3, 2008. Disponível em: <http://arizona.openrepository.com/arizona/handle/10150/106183> . Acesso em: 19 set. 2016.

HONORA, F. M. L. **Esclarecendo as deficiências**: Aspectos teóricos e práticos para a contribuição com uma sociedade inclusiva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2008

INACIO, M, O. **Avaliação da indexação em bibliotecas universitárias**: uma aplicação em catálogos online. 2012. 153f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Bibliotecas para Cegos na era da informação**: diretrizes de desenvolvimento. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.santoandre.sp.gov.br/pesquisa/ebooks/343463.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

KOBASHI, N.Y. **A elaboração de informações documentárias**: em busca de uma metodologia. São Paulo: USP. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994

LANCASTER, F.W. **Indexação e resumos**: teoria e prática. 2 ed. Brasília: Bricquet de Lemos, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2012

LE COADIC, Y.-F . **A Ciência da Informação** . Brasília: Bricquet de Lemos, 1996. 119 p.

LEIVA, I. G.; FUJITA, M.S. L. (Editores). **Política de Indexação**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2012.

NAVES, Madalena Martins Lopes. Análise de assunto: concepções. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 215-226, jul./dez. 1996.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em . <https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10133.html> Acesso em 19 Mar. 2018

PIEDADE, M. A. R. Introdução à teoria da classificação. Rio de Janeiro: Interciência, 1977

PIOVEZAN, L. B. **Avaliação da indexação em catálogos de bibliotecas universitárias por meio da recuperação da informação**. 2015. 103f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2015.

PUPO, D. T.; CARVALHO, S. H. R. de; OLIVEIRA, V. **Educação inclusiva e bibliotecas acessíveis**. Revista ACB, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 259-267, mar. 2008.

Disponível em: <<https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/562>>. Acesso em: 09 jan. 2018.

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo Perspectiva**. São Paulo , v. 14, n. 2, p. 51-56, June 2000 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: 04 maio 2018

MALHEIROS, T.M.C. **Estudo de usuário deficiente visual e subsídios para uma política de desenvolvimento de coleções da Biblioteca Central da Universidade de Brasília**. 2009. 94p. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília.

MALHEIROS, T. Mi; CUNHA, M. B. As bibliotecas como facilitadoras no acesso à informação por usuários com deficiência visual. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 16, n. 1, p. 146-170, out. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8650318>>. Acesso em: 10 jan. 2018

MARGARIDA, M.E. **A função educativa do bibliotecário no sec. XXI**: Desafios para a sua formação e atuação. 2014. 194p. Tese. (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014

MIGLIOLI, S.; SANTOS, G.A. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**. Florianópolis, v.22, n.1. p.136 -149, 2017.

NASCIMENTO, M.J.; WESCHENFELDE, S. Necessidade de informação dos vereadores de Florianópolis: estudo de usuário. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 12, n. 1, 2002.

PINTO MOLINA, M. **Análisis documental**: fundamentos y procedimientos. 2.ed. rev. aum. Madrid: Eudema, 1993.

PONTES, F. V.; DE OLIVEIRA LIMA, G. Â. B. A organização do conhecimento em ambientes digitais: aplicação da teoria da classificação facetada. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 17, n. 4, p. 18-40, 2012.

NOVELLINO, M. S F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p.137-146, jul./dez. 1998.

NUNES, C. O. Algumas considerações acerca da ausência de políticas de indexação em bibliotecas brasileiras. **Biblos**, Rio Grande, 16, p. 55-61, 2004

RABELLO, R; GUIMARÃES, J. A. C. A relação conceitual entre conhecimento e documento no contexto da Organização do Conhecimento: elementos para uma reflexão. **ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**, v. 7, 2007.

RIBAS, A. F. P.; MOURA, M. L. S. Abordagem sociocultural: algumas vertentes e autores. **Psicologia em estudo**. Maringá , v. 11, n. 1, p. 129-138, Apr. 2006 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000100015&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722006000100015>.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2009

ROBREDO, J. **Documentação de hoje e de amanhã: uma abordagem revisitada e contemporânea da Ciência da Informação e de suas aplicações biblioteconômicas, documentárias, arquivísticas e museológicas**. 4.ed. rev. e ampl. Brasília: Edição de autor, 2005.

RODRIGUES, T.A. **Política de indexação em bibliotecas destinadas às necessidades dos usuários deficientes visuais**. 2013. 87f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Biblioteconomia) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2013

RUBI, M. P. **Política de indexação para construção de catálogos coletivos em bibliotecas universitárias**. 2008. 166. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2008.

RUBI, M. P. Os princípios da política da indexação na análise de assunto para catalogação: especificidade, exaustividade, revocação e precisão na perspectiva dos catalogadores e usuários. In: FUJITA, M. S. L (Org.). **A indexação de livros: a percepção de catalogadores e usuários de bibliotecas universitárias**. Um estudo de

observação do contexto sociocognitivo com protocolos verbais. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 149 p.

SANTOS, C.A.C. Organização e representação do conhecimento: bibliometria temática em artigos de periódicos brasileiros. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 11, n. especial, p. 640-653, 2015.

SANTOS, L. B. P. **Política de indexação em bibliotecas universitárias**: estudo diagnóstico na região de Marília. 2011. Relatório (Bolsa do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico CNPq)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012

SARACEVIC, T. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SILVA, M. R; FUJITA, M. S. L. **A prática de indexação: Análise da evolução de tendências teóricas e metodológicas**. Transinformação, Campinas, v. 16, n. 2, p. 133-161, maio/ago. 2004

SILVA, L. M. D. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira em Educação**. V.11, n.33, pp.424-434. 2006 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782006000300004>. Acesso em: 09 set. 2017

SOUSA, B.P.; FUJITA, M.S.L. Análise de assunto no processo de indexação: um percurso entre teoria e norma. **Inf. & Soc.:Est.**, João Pessoa, v.24, n.1, p. 19-34, jan./abr. 2014

TARGINO, M. G. A biblioteca no marco constitucional do país. Transinformação, Campinas, v. 16, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2004. Disponível em: Acesso em: 12 jan. 2016.

TRALDI, M. C; DIAS, R. **Monografia**: Passo a Passo. Campinas: Editora Alínea. 2011.

UNISIST. Princípios de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.83-94, mar.1981

VALENTIM, M. L. P. Profissional bibliotecário e as perspectivas sócio-econômicas neste final de século. In: ENCUESTRO DE DIRECTORES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 3., 1998, Santiago do Chile; ENCUESTRO DE DOCENTES DE LAS ESCUELAS DE BIBLIOTECOLOGÍA DEL MERCOSUR, 2., 1998, Santiago do Chile. Anais... Santiago do Chile: Universidad Tecnológica Metropolitana, 1998. p. 109-114. Disponível em: <<http://www.utem.cl/deptogestinfo/21.doc>>. Acesso em: 22 jan. 2018

VALENTIM, M.L.P. O perfil das bibliotecas contemporâneas. In: RIBEIRO, A.C.M.L.; FERREIRA, P.C.G. (Org.). **Biblioteca do século XXI: Desafios e perspectivas**. Brasília: Ipea, 2016.

VAN SLYPE, G. **Lenguages de indización**: concepción, contrucción y utilización en los sistemas documentales. Trad. Pedro Hípola e Félix de Moya. Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1991.

VITORINI, E.F. **Uso da linguagem documentária na busca da informação em bibliotecas universitárias**: a perspectiva dos deficientes visuais. 86f. Dissertação. (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília. 2015.

Anexo A – Questionário para o bibliotecário

Questionário - Prática do profissional bibliotecário: análise sobre a indexação no contexto da deficiência visual

Texto de apresentação: Caro colega! Estou desenvolvendo meu Mestrado pelo PPGCI - Unesp/Marília, e a aplicabilidade deste questionário, faz-se para consolidar a coleta de dados utilizada na dissertação. O foco do meu estudo será em bibliotecas que atendam deficientes visuais. O objetivo desta aplicação, será dá-se para fundamentar a coleta de dados com bibliotecários indexadores em biblioteca escolar, pública e universitária. A pesquisa tem o propósito de analisar, em perspectiva sociocultural, a conduta do profissional bibliotecário diante da prática da indexação e política de indexação, considerando o universo da deficiência visual. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins científicos e analisados de modo sigiloso. Conto com a sua colaboração! Atenciosamente. Talita A. Rodrigues - Bibliotecária CRB-8/9675

Projeto de pesquisa: Prática do profissional bibliotecário: análise sobre a indexação no contexto da deficiência visual

Objetivos da aplicação do questionário: Coleta de dados com usuários para observação e avaliação dos produtos informacionais gerados no processo de tratamento temático na informação. Essa coleta, faz-se no contexto das bibliotecas que destinem o seu atendimento aos usuários deficientes visuais. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins científicos e analisados de modo sigiloso.

Bibliotecário, por gentileza, especifique inicialmente a biblioteca, localização e se for o caso, escola ou universidade participante dessa coleta.

1 Na sua prática profissional, você se considera preparado(a) para lidar com usuários deficientes visuais?

- Sim
- Não

2 Para a especificidade da deficiência visual, você possui alguma formação continuada que te qualifique diante deste perfil de usuário?

- Sim

Não

3. A biblioteca possui estrutura (desde o atendimento, até instalações físicas) para disseminar a informação para esses usuários?

Sim

Não

4. A biblioteca possui tecnologia assistiva que favoreça a autonomia de usuários deficientes visuais no uso de produtos e serviços informacionais?

Sim

Não

5. Ao fazer a escolha dos termos para a indexação, você considera as consultas por assunto feitas por estes usuários?

Sim

Não

6. Existe alguma forma de avaliação da indexação?

Sim

Não

7. O usuário deficiente visual participa dessa avaliação?

Sim

Não

8. A instituição possui uma política de indexação? (Se não, passe para a questão 12)

Sim

Não

9. A política de indexação está regulamentada em um documento?

Sim

Não

10. A política de indexação vigente corresponde com as suas necessidades profissionais?

Sim

Não

11. A política de indexação contempla usuários deficientes visuais?

Sim

Não

12. Descreva o processo de indexação de materiais específicos para deficientes visuais

Anexo B – Questionário para o usuário

Projeto de pesquisa: Prática do profissional bibliotecário: análise sobre a indexação no contexto da deficiência visual

Objetivos da aplicação do questionário: Coleta de dados com usuários para observação e avaliação dos produtos informacionais gerados no processo de tratamento temático na informação. Essa coleta, faz-se no contexto das bibliotecas que destinem o seu atendimento aos usuários deficientes visuais. Os dados obtidos serão utilizados apenas para fins científicos e analisados de modo sigiloso.

Por gentileza, especifique inicialmente a biblioteca, localização e se for o caso, escola ou universidade participante dessa coleta.

1. Você considera que os profissionais estão preparados para o atendimento de distintos perfis de usuários, incluindo também os deficientes visuais?

- Sim
- Não
- Parcialmente preparados

2. Os serviços e produtos da biblioteca são adaptados para usuários com deficiência visual, de modo que você tenha autonomia na localização da informação desejada?

- Sim
- Não

3. Você tem conhecimento dos materiais em Braille existentes no acervo?

- Sim
- Não

4. Você realiza busca por assunto para localizar/recuperar materiais em Braille?

- Sim
- Não

5. Os materiais localizados mediante busca por assunto no sistema da biblioteca atendem as suas necessidades?

- Sempre
- Frequentemente
- Algumas vezes
- Raramente
- Nunca

